

2º TRIMESTRE 2020

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE
UNIDADE, DISCIPLINA , TRABALHO



DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE PÚBLICA
financas.gov.st

Junho 2020

Relatório de Execução Orçamental

Publicação Trimestral

Elaborado com informações de execução Orçamental disponível até 30 de Junho.



Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul
Direcção de Contabilidade Pública

Contributos:

Direcção do Orçamento

Direcção do Tesouro

Direcção dos Impostos

Direcção das Alfandegas

Índice Geral

Índice Geral.....	i
Índice de Quadros.....	ii
Índice de Gráficos.....	ii
Lista de Siglas e Acrónimos.....	iii
Apresentação.....	1
Apreciação Global.....	2
Parte I: ANÁLISE SEGUNDO A PERSPECTIVA FISCAL.....	4
I.1.1. Execução das Receitas Totais.....	4
I.1.2. Receitas Efectivas.....	5
I.1.3. Receitas Correntes.....	5
I.1.3.1. Receitas Fiscais.....	7
I.1.3.2. Receitas não Fiscais.....	14
I.1.4. Donativos.....	16
I.1.5. Despesas Efectivas.....	17
I.1.6. Despesas Primárias.....	18
I.1.7. Despesas de Funcionamento.....	18
I.1.8. Despesas de Investimentos Públicos (PIP).....	21
I.1.9. Despesas Financeiras (Amortização da Dívida Pública).....	23
I.1.10. Principais Saldo Orçamentais.....	24
I.1.11. Financiamento do Défice Global.....	26
PARTE II: ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.....	27
II.1. Análise da Execução Orçamental.....	27
II.1.1. Por Classificação Orgânica.....	27
II.1.2. Por Classificação Funcional.....	29
II.1.3. Por Localização Geográfica.....	31
II.1.4. Por Fonte de Recursos.....	32
II.1.5. Por Tipologia de Despesas.....	34
II.2. Alterações Orçamentais.....	35
II.2.1. Por Classificação Orgânica.....	35
II.2.2. Por Classificação Funcional.....	38
II.2.3. Por Localização Geográfica.....	40
II.2.4. Por Fonte de Recursos.....	41
II.2.5. Por Tipologia de Despesas.....	43

Índice de Quadros

Quadro 1: Resumo das Receitas Efectivas	5
Quadro 2: Detalhe do IRS.....	8
Quadro 3: Detalhe do IRC	9
Quadro 4: Detalhe do Imposto sobre Património.....	9
Quadro 5: Detalhe do Imposto sobre Importação	11
Quadro 6: Detalhe do Imposto sobre Consumo	12
Quadro 7: Detalhe do Imposto de Selo.....	13
Quadro 8: Detalhe das Taxas	13
Quadro 9: Despesas Totais Executadas.....	18
Quadro 10: Estoque da Dívida Pública até Junho	24
Quadro 11: Principais Saldos Orçamentais até Junho de 2020/ 2019	25
Quadro 12: Resumo do Financiamento do Défice Global	26
Quadro 13: Execução por Classificação Orgânica	28
Quadro 14: Execução por Classificação Funcional	30
Quadro 15: Execução por Localização Geográfica	31
Quadro 16: Execução por Fonte de Recursos	33
Quadro 17: Execução por Tipologia Despesas	34
Quadro 18: Alteração Orçamental de Despesas por Classificação Orgânica.....	36
Quadro 19: Alteração Orçamental de Despesas por Classificação Funcional	39
Quadro 20: Alteração Orçamental de Despesas por Localização Geográfica	41
Quadro 21: Alteração Orçamental de Despesas por Fonte de Recursos	42
Quadro 22: Alterações Orçamentais por Tipologia de Despesas	43

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Evolução e Estrutura das Receitas Totais Realizadas.....	4
Gráfico 2: Estrutura das Receitas Correntes Realizadas.....	6
Gráfico 3: Estrutura das Receitas Fiscais Realizadas	7
Gráfico 4: Estrutura das Receitas Não Fiscais	14
Gráfico 5: Evolução e Estrutura das Despesas Totais.....	17
Gráfico 6: Evolução e Estrutura das Despesas de Funcionamento	19
Gráfico 7: Evolução e Estrutura das Despesas de Investimentos Públicos (PIP)	22

Lista de Siglas e Acrónimos

Acrónimos	Designação
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BCSTP	Banco Central de S. Tomé e Príncipe
BISTP	Banco Internacional de S. Tomé e Príncipe
BM	Banco Mundial
BP	British Petroleum
BT	Bilhete de Tesouro
CUT	Conta Única do Tesouro
CNP	Conta Nacional de Petróleo
ENCO	Empresa Nacional de Combustíveis e Óleos
EU	União Europeia
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FMI	Fundo Monetário Internacional
HIPC	Heavily Indebted Poor Countries
NAP	Norma de Aplicação Permanente
OGE	Orçamento Geral do Estado
PIB	Produto Interno Bruto
PIP	Programa de Investimentos Públicos
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RAP	Região Autónoma do Príncipe
SAFE	Sistema de Administração Financeira do Estado
SFA	Serviços e Fundos Autónomos
TOFE	Tabela das Operações Financeiras do Estado
VOA	Voice of América

Apresentação

No cumprimento do preceito legal estabelecido através do artigo 36.º da Lei n.º 3/2007, de 12 de Fevereiro (Lei do SAFE - Sistema de Administração Financeira do Estado) associado com o artigo 17.º da Lei n.º 1/2020, de 17 de Janeiro (Lei que aprova o Orçamento Geral do Estado para 2020), elabora-se o presente relatório da execução orçamental (receitas, despesas e financiamento), referente ao segundo trimestre de 2020, ou seja, o período compreendido de Janeiro à Junho de 2020. Procedeu-se a análise dos valores executados, numa perspectiva de desempenho, face ao valor inicialmente aprovado bem como a comparação com os executados no período homólogo do ano precedente. O princípio adoptado para análise das receitas e despesas executadas neste documento é de base caixa para as receitas e base compromisso para as despesas.

A base compromisso aqui relatada corresponde a fase de liquidação das despesas, como definido no disposto pelo artigo 29.º da Lei n.º 3/2007, de 12 de Fevereiro (Lei de SAFE-e, que aprova o Sistema de Administração Financeira do Estado), como sendo a etapa onde há apuramento e reconhecimento do valor que efectivamente há a pagar. Já a base de caixa reflecte o momento em que se efectiva a entrada dos recursos na caixa do Tesouro Público, ou seja, a fase de cobrança como sendo a acção de receber ou tomar posse da receita e subsequente entrega ao Tesouro Público (alínea c) do artigo 28.º da Lei de SAFE).

Este relatório encontra-se dividido em duas partes sendo que na primeira procedeu-se a análise fiscal da execução orçamental, com as devidas justificações, tanto ao nível de execução face ao programado como a sua variação homóloga face ao mesmo período do ano transacto. Assim, por um lado, procedeu-se a análise das receitas correntes e das suas componentes, (segregadas em fiscais e não fiscais) e dos Donativos.

Do lado das despesas, procedeu-se a análise das despesas de funcionamento (incluindo Juros da Dívida e Despesas Consignadas), das despesas de investimentos públicos (PIP) e das despesas financeiras (Amortização da Dívida Pública). Finalmente procedeu-se a análise dos principais resultados orçamentais, bem como do financiamento, tanto interno como externo.

A segunda parte cingiu-se na análise da execução orçamental das despesas, tendo em consideração as classificações orçamentais (orgânica, funcional, localização geográfica, fonte de recurso e tipologia das despesas). Finalmente, em cumprimento do n.º 5 do artigo 16.º da Lei 1/2020, de 17 de Janeiro, procedeu-se, ainda nesta parte, a análise das alterações orçamentais das despesas, de acordo com as classificações orçamentais já referenciadas.

Apreciação Global

No cômputo geral, a execução orçamental até o final do segundo trimestre do ano 2020 foi baseada no estrito cumprimento da Lei n.º 1/2020, de 17 de Janeiro (Lei que aprova o OGE para o ano de 2020), o que possibilitou a análise da execução das receitas, despesas e financiamento previstos para o período em análise, como consta no presente relatório.

De acordo com as informações de execução orçamental até Junho de 2020, constata-se que o défice primário para o primeiro semestre situou-se em 2,3% do PIB, acima da meta inicialmente projectada para o presente ano económico (1,7% do PIB). Apesar da contenção das despesas primárias internas, este nível percentual alcançado, deve-se a realização de despesas correntes adicionais, no âmbito de combate a pandemia COVID-19 a partir da segunda quinzena do mês de Março do presente ano, que foram realizadas com fonte de financiamento externo, sobretudo o desembolso do FMI (facilidade de crédito alargado).

O défice acima referido foi financiado pela componente interna e externa. Pela parte interna, regista-se o financiamento da Conta Nacional do Petróleo (20% da transferência anual), no montante de 84.046 milhares de dobras. Pela componente externa o referido défice foi financiado por um lado pelo apoio orçamental do BAD (Banco Africano de Desenvolvimento) no montante de 153.071 milhares de dobras e por outro lado pelo desembolso do FMI no âmbito de facilidade de crédito alargado, no montante de 274.305 milhares de dobras.

Relativamente à análise das receitas, verifica-se um grau de realização de 28,1% para as receitas efectivas, sendo que as receitas correntes e donativos ficaram respectivamente em 46,9% e 11,4% do estimado para o ano. As receitas fiscais tiveram um nível de realização de 46,5%, mais 18,3% do arrecadado no período homólogo de 2019, correspondendo a 5,9% do PIB programado para o ano.

Quanto as receitas não fiscais, constata-se que as mesmas tiveram um grau de execução de 49,0%, em relação ao previsto para o ano, ficando abaixo do executado no mesmo período do ano precedente em 42,8%. Saliencia-se, pois, que esta diminuição deve-se a fraca performance da sua componente rendimento de participações e rendimento do Petróleo, que ficou abaixo do executado no igual período do ano 2019 em 21,1% e 62,3%, respectivamente.

É também notável o baixo desempenho das receitas de serviços que atingiu um nível de arrecadação de 34,6% relativamente ao programado para o ano, registando-se um decréscimo de 46,9% face ao igual período do ano transacto. Quanto aos donativos, observa-se que os mesmos ficaram em 11,4% do previsto para o ano e, relativamente ao período homólogo de 2019 registou-se um decréscimo de 48,9%, proveniente da entrada de recursos do apoio orçamental do BAD e os donativos provenientes da iniciativa HIPC.

Pelo exposto acima, associado a difícil situação financeira que o país atravessa, houve a necessidade de se proceder a contenção de despesas, sobretudo as discricionárias, de modo a cumprir com a meta do défice primário acordado com os parceiros de Bretton Woods. Assim, verifica-se que o nível de execução das despesas primárias ficou em 54,4% do inicialmente aprovado.

Relativamente ao período homólogo do ano transacto, registou-se um aumento de 14,3%, tendo em conta a performance dos seus agregados: Despesas com Pessoal, Bens e Serviços, Transferências Correntes, Outras Despesas Correntes e Despesas de Investimentos com Recursos Internos.

Salienta-se que o aumento verificado ao nível de execução das despesas primárias face ao programado para o ano, bem como em relação ao período homólogo do ano de 2019, deve-se a realização de despesas extraordinárias no âmbito do programa de combate a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19) que tem assolado o mundo em geral e São Tomé e Príncipe em particular. Para mitigar a situação, através do Decreto Presidencial n.º 3/2020, declarou-se o Estado de Emergência em Saúde Pública no País a partir do dia 17 de Março do corrente ano. Foi estabelecido o Comité de Crise criado para o efeito, do qual faz parte o Ministro da Saúde, cuja atribuição é de regulamentar, orientar, coordenar e fiscalizar políticas em saúde pública e assegurar a prevenção e respostas a todas as ocorrências que visam a ameaçar a saúde da população.

O Governo através da Lei n.º 4/2020, adoptou as medidas legais, excepcionais e temporárias para lidar com os impactos sociais, económicos e financeiros, directos e indirectos, da pandemia de COVID-19; durante o período de contingência.

Para a materialização destas medidas, foram aprovados os Decretos-Leis n.ºs. 7 e 8/2020, ambos de 07 de Maio. O Decreto-Lei n.º 7/2020, define as Medidas Restritivas no Âmbito da Prevenção e Combate ao COVID-19 e, o Decreto-Lei n.º 8/2020 cria o Fundo de Resiliência, que tem como objectivo exclusivo financiar a implementação das medidas decorrentes dos impactos sociais, económicos e financeiros, directos e indirectos, da covid-19.

Por outro lado, no âmbito da pandemia em causa o Ministério da Saúde diligenciou-se no sentido de encontrar soluções face as necessidades de realização de despesas diversas, nomeadamente, criação de condições sanitárias em todos os Centros de Saúde em São Tomé e Região Autónoma do Príncipe, assim como aquisições de máscaras, equipamentos desinfectantes, aluguer de aviões, campanhas massivas de sensibilização com deslocações e destacamentos de equipas técnicas e jornalísticas na prevenção e combate a COVID-19. Por conseguinte, de igual modo como aconteceu no exercício económico de 2019, continua sendo incorporado no TOFE, as informações relativas as receitas e despesas de alguns sectores da Administração Central do Estado que por natureza dos seus serviços efectuem cobranças e consequentemente realizam algumas despesas, fora do OGE. Estes movimentos encontram-se nas contas destes sectores nos bancos comerciais e, não passam pela CUT junto ao Banco Central.

Entretanto, apesar de não terem sido orçamentados e, de modo que haja transparência na aplicação do erário público, estes fluxos a partir do mês de Janeiro de 2019, começaram a ser considerados e simultaneamente registados pela Direcção do Tesouro, no qual foram efectuados registos destas informações na Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE). Para as receitas, estas foram classificadas como receitas de serviços e como contrapartida, as despesas foram consideradas de despesas consignadas. Considerando a abordagem acima, estas receitas durante o período em análise, ou seja, de Janeiro a Junho do corrente ano, excedem o valor de 42.263,42 milhares de Dobras e adicionando-se as já existentes, totalizam o valor de 64.043,66 milhares de Dobras. Do mesmo modo, para as despesas realizou-se o valor de 46.136,83 milhares de Dobras e, adicionando-se as despesas consignadas já existentes, totalizaram deste modo o valor de 69.184,57 milhares de Dobras.

Parte I:

ANÁLISE SEGUNDO A PERSPECTIVA FISCAL



Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul
Direcção de Contabilidade Pública

financas.gov.st

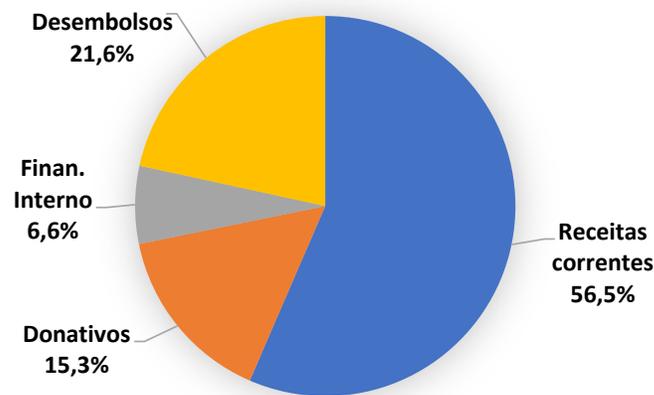
Parte I: ANÁLISE SEGUNDO A PERSPECTIVA FISCAL

I.1.1. Execução das Receitas Totais

As receitas totais representam a soma das receitas efectivas e dos financiamentos, tanto interno (particularmente a transferência da conta nacional de petróleo para financiamento do orçamento) como externo (correspondem a desembolsos de empréstimos para projectos). As informações contidas na tabela das operações financeiras do estado (TOFE) mostram que até o final do segundo trimestre do exercício económico em análise as receitas totais arrecadadas totalizaram um montante de 1.270.633 milhares de Dobras, o que corresponde a uma execução de 37,0% do programado para o ano em análise e uma variação homóloga negativa de 0,3%, face ao executado no igual período do ano 2019 (1.266.231 milhares de Dobras).

Gráfico 1: Evolução e Estrutura das Receitas Totais Realizadas

(em percentagem)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

O moderado incremento deveu-se essencialmente a fraca entrada dos Donativos, nomeadamente os donativos para financiamento dos projectos. Por outro lado, importa referir que as receitas correntes tiveram um ligeiro crescimento, motivado pelo acréscimo do nível de execução das receitas fiscais, que se situaram em 18,3%, acima do realizado no mesmo período do ano 2019.

I.1.2. Receitas Efectivas

Este grupo de receitas representa entradas de recursos que correspondem ao aumento do património financeiro líquido do Estado, compreendendo a soma das Receitas Correntes e os Donativos. Até o final do segundo trimestre de 2020, esta ascendeu a uma arrecadação de 912.280 milhares de Dobras, o que corresponde a uma taxa de execução de 28,1% do programado, e uma diminuição de 17,2%, relativamente ao arrecadado no período homólogo de 2019. O fraco nível alcançado deve-se, sobretudo, a diminuição da entrada dos Donativos, que decresceu em 48,9%, relativamente ao executado no mesmo período de 2019.

Quadro 1: Resumo das Receitas Efectivas

(em milhares de Dobras)

Receitas	Real 2018	OGE 2019	Jan - Jun. 2019	OGE 2020	Jan - Jun. 2020	% Exec.	% V.H.	% PIB
Receitas efetivas	2 080 816	2 960 194	1 102 331	3 241 204	912 280	28,1	-17,2	9,1
Receitas correntes	1 365 306	1 331 900	721 454	1 530 267	717 836	46,9	-0,5	7,2
Receitas corr. excl. petróleo	1 153 287	1 329 900	660 800	1 528 329	694 991	45,5	5,2	7,0
Receitas fiscais	1 099 411	1 230 100	499 136	1 270 727	590 610	46,5	18,3	5,9
Impostos directos	358 017	395 808	223 266	442 176	216 576	49,0	-3,0	2,2
Impostos indirectos	740 353	832 533	275 807	826 790	373 921	45,2	35,6	3,7
Imposto s/ Importação d/q	485 988	526 867	159 883	503 468	213 865	42,5	33,8	2,1
<i>Sobretaxa Esp. Der. Petróleo</i>	0	0	0	0	0	-,-	-,-	0,0
Imposto sobre Consumo	157 376	178 725	60 848	117 648	105 773	89,9	73,8	1,1
Imposto sobre valor acrescentad	0	0	0	89 733	0	-,-	-,-	0,0
Imposto de Selo	60 139	69 389	30 167	66 269	27 440	41,4	-9,0	0,3
Taxas	36 850	57 552	24 908	49 672	25 990	52,3	4,3	0,3
Contribuição ao Fundo de Desemp	0	0	0	0	853			
Outras receitas fiscais	1 041	1 759	63	1 760	112	6,4	79,1	0,0
Receitas não fiscais	265 896	101 800	222 318	259 540	127 226	49,0	-42,8	1,3
Receitas patrimonial d/q	233 901	51 034	97 313	61 975	61 328	99,0	-37,0	0,6
<i>Rendimento de petróleo</i>	212 019	2 000	60 654	1 938	22 845	1178,8	-62,3	0,2
Receitas de serviços	21 222	35 212	120 674	185 103	64 044	34,6	-46,9	0,6
Outras receitas não fiscais	10 773	15 554	4 331	12 462	1 854	14,9	-57,2	0,0
Donativos	715 510	1 628 294	380 876	1 710 937	194 444	11,4	-48,9	1,9
para financiamento do OGE	125 415	239 209	73 499	253 956	153 071	60,3	108,3	1,5
para Projectos	557 012	1 307 975	265 184	1 373 726	0	-,-	-,-	0,0
HIPC	33 083	81 110	42 193	83 255	41 373	49,7	-1,9	0,4

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública – MPFEA

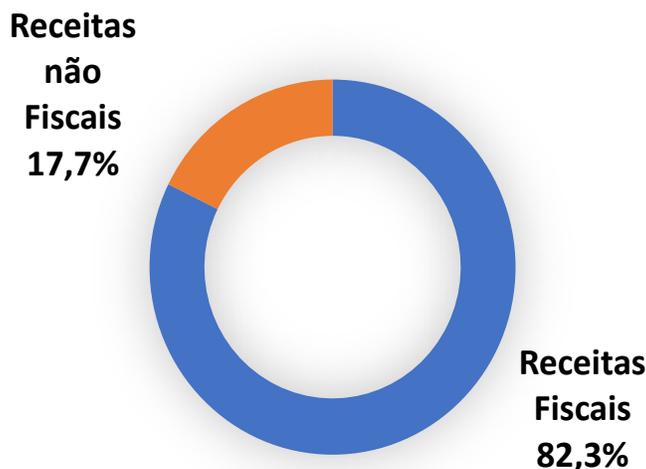
I.1.3. Receitas Correntes

Nesta categoria estão classificadas as receitas fiscais referente as tributárias (oriundas de impostos, taxas e contribuições) e as não fiscais correspondentes a soma das receitas patrimoniais (provenientes da exploração dos bens do Estado), das receitas de serviços prestados pelo Estado, das transferências recebidas de outras

peças de direito público ou privado, e de receitas correntes diversas (provenientes de multas, cobranças de dívidas, restituições, etc.).

Gráfico 2: Estrutura das Receitas Correntes Realizadas

(em percentagem)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

Relativamente ao total programado, as Receitas Correntes registaram um grau de realização de 46,9%, ascendendo aos 717.836 milhares de Dobras. O nível de arrecadação desta categoria de receitas, comparativamente ao período em análise, deveu-se, sobretudo da sua componente Imposto sobre consumo de Bebidas alcoólicas, que registou um nível de execução de 150,6% e uma variação homóloga positiva de 200,7%.

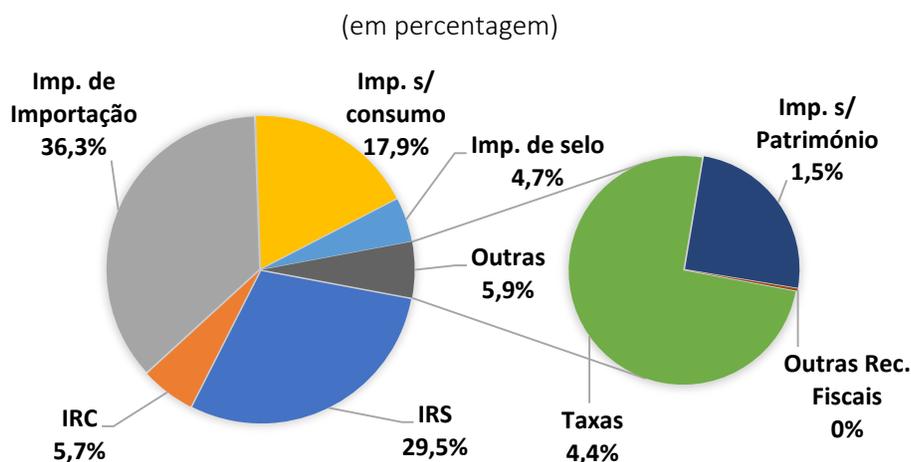
Tendo em conta o nível de execução observado, esta categoria de receita obteve uma variação homóloga negativa de 0,5%, relativamente ao arrecadado no igual período de 2019, representando, cerca de 7,1% do PIB estimado para o ano em análise. Salienta-se que, do valor apurado se deduzirmos as receitas petrolíferas, as receitas correntes¹ ascendem a 694.991 milhares de Dobras, ficando a 45,5% do inicialmente estimado, mas que entretanto, corresponde a mais 5,2% do arrecadado no período homólogo do ano transacto.

¹ Receitas correntes, excluídos os rendimentos de petróleo é o item das receitas que serve de base para apuramento do saldo primário doméstico.

I.1.3.1. Receitas Fiscais

As receitas fiscais representam o principal item das receitas correntes (cerca de 82,3%, cf. gráfico.2.), tendo registado até ao final do segundo trimestre do ano em análise, uma arrecadação que ascende aos 590.610 milhares de Dobras, cerca de 46,5% do programado para o ano, o que corresponde deste modo a um aumento de 18,3%, face ao arrecadado no mesmo período do ano 2019 e, cerca de 5,9% do PIB estimado para o ano. O aumento face ao período homólogo foi apurado principalmente pelo desempenho de um dos seus principais componentes, “Impostos sobre Consumo”, que registou uma execução de 89,9%, face ao programado para o ano. Porém, este agregado ultrapassou integralmente a meta estabelecida, com uma variação positiva de 73,8% em relação ao igual período do ano precedente.

Gráfico 3: Estrutura das Receitas Fiscais Realizadas



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

i. Impostos Directos

Em matéria dos Impostos Directos, estes correspondem a 36,6% das receitas fiscais, tendo registado até o segundo trimestre um grau de execução de 49,0% do previsto, ascendendo aos 216.576 milhares de Dobras, e que corresponde a um decréscimo de 3,0% face ao arrecadado no igual período do ano transacto. Relativamente ao nível de execução bem como o acréscimo observado, cumpre realçar que os mesmos foram afectados pela contida cobrança do IRS assim como a baixa cobrança do IRC, como justificado nos pontos abaixo:

– Imposto sobre Rendimento de Pessoas Singulares (IRS)

O código do imposto sobre rendimento de pessoas singulares, consagrado pela Lei n.º 11/2009, define a tributação de rendimentos de pessoas singulares. O IRS incide sobre o valor dos rendimentos provenientes da categoria A (rendimentos do trabalho dependente e de pensões), da categoria B (rendimentos empresariais e profissionais), categoria C (rendimentos de capitais) e categoria D (incrementos patrimoniais). Os rendimentos, quer em dinheiro, quer em espécie, e mesmo quando provenientes de actos ilícitos ficam sujeitos à tributação, seja qual for a moeda e a forma que sejam auferidos.

Quadro 2: Detalhe do IRS

(em milhares de Dobras)

Receitas	OGE 2019	Jan-Jun 2019	OGE 2020	Jan-Jun 2020	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
IRS	283 175	149 633	312 366	174 109	55,7	16,4	100,0
do Trabalho por Conta de Outrem	240 390	118 828	260 939	141 415	54,2	19,0	81,2
do Trabalho por Conta Própria	30 567	22 869	35 958	23 183	64,5	1,4	13,3
de Capitais Individuais	12 218	7 936	15 469	9 511	61,5	19,8	5,5

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

Este grupo de receita que representa a segunda maior componente do agregado das receitas fiscais 29,5% (cf. Gráfico 3) apresenta até final do segundo trimestre uma arrecadação de 174.109 milhares de Dobras, o que corresponde a 55,7% do inicialmente previsto e, um acréscimo de 16,4% face ao arrecadado em igual período de 2019. Importa referir que a partir do mês de Abril este imposto conheceu uma tendência decrescente devido a crise pandémica da Covid-19, tendo agravado nos meses de Maio e Junho. Com a pandemia o imposto sobre o rendimento do trabalho por conta própria decresceu pelo facto de ter-se registado uma diminuição considerável das actividades económicas individuais.

– Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC)

O código do imposto sobre rendimento de pessoas colectivas foi consagrado pela Lei n.º 10/2009 e define a tributação de rendimentos de pessoas colectivas. Este imposto incide sobre o rendimento de pessoas colectivas, nomeadamente sociedades comerciais, sociedades civis sob forma comercial, cooperativas, empresas públicas, as entidades desportivas de personalidade jurídica, com sede ou Direcção efectiva em território nacional, as entidades com ou sem personalidade jurídica, que não tenha sede nem Direcção efectiva em território nacional, cujos rendimentos são obtidos em São Tomé e Príncipe.

Quadro 3: Detalhe do IRC

(em milhares de Dobras)

Receitas	OGE 2019	Jan-Jun 2019	OGE 2020	Jan-Jun 2020	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
IRC	97 981	61 505	113 544	33 773	29,7	-45,1	100,0
Indústria Petrolífera	0	0	0	0	0,0
Imposto Industrial	93 382	57 082	106 388	31 088	29,2	-45,5	92,0
de Capitais de Pessoas Jurídicas	4 599	4 423	7 156	2 685	37,5	-39,3	8,0
do Transporte do Petróleo	0	0	0	0	0,0

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

As receitas provenientes deste imposto apresentam até final do período em análise, uma arrecadação de 33.773 milhares de Dobras, correspondendo a 29,7% do estimado para o ano e um decréscimo de 45,1% do que foi arrecadado no período homólogo de 2019, representando 5,7% das receitas fiscais realizadas (cf. Gráfico 3). Esse fraco desempenho deveu-se ao baixo nível de cobrança motivada pela crise pandémica (Covid-19). O período de maior cobrança, foram Abril e Junho, meses em que o pagamento do IRC autoliquidado e o primeiro pagamento por conta do IRC se efectivam.

- Imposto sobre o Património

Este grupo de impostos refere-se à soma do Imposto da Contribuição Predial Urbana, regida pela Lei n.º 6/2008, de 19 de Agosto, que incide sobre prédios urbanos e terrenos destinados a construção; do Imposto sobre Sucessões e Doações, regulado pela Lei n.º 8/2007, de 25 de Maio, que incide sobre as transmissões gratuitas de bens móveis ou imóveis localizados em território São-tomense, do Imposto de SISA, regido pela Lei n.º 5/2007, de 11 de Maio, que incide sobre as transmissões, a título oneroso, do direito de propriedade, ou de figuras parcelares desse direito, sobre bens imóveis situados em território nacional e do Imposto sobre Veículo Automóveis, que é regido pelo Decreto-lei n.º 13/93, de 5 de Março, que incide sobre o uso e fruição dos veículos motorizados, que circulam pelo seu próprio meio ou estejam estacionados nas vias ou nos lugares públicos.

Quadro 4: Detalhe do Imposto sobre Património

(em milhares de Dobras)

Receitas	OGE 2019	Jan-Jun 2019	OGE 2020	Jan-Jun 2020	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
Imposto sobre o Património	14 652	12 127	16 266	8 694	53,4	-28,3	100,0
Predial Urbano	2 096	1 866	2 181	1 869	85,7	0,2	21,5
Sucessões e Doações	973	633	1 104	946	85,7	49,4	10,9
Transações Imob. a Título Oneroso	7 008	5 362	8 405	2 098	25,0	-60,9	24,1
Veículos Automóveis	4 575	4 266	4 576	3 781	82,6	-11,4	43,5

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

Até Junho de 2020, a taxa de arrecadação das receitas relativas a este grupo de imposto foi de 53,4% do programado, ascendendo aos 8.694 milhares de Dobras, menos 28,3% do que foi arrecadado no mesmo período do ano transacto, representando no seu conjunto 1,5% das receitas fiscais realizadas (cf. Gráfico 3). Para este nível de execução bem como o moderado crescimento observado contribuíram, por um lado, o Imposto sobre Transacção Imobiliária a Título Oneroso (SISA), que conheceu uma execução de 25,0%, cuja matéria colectável provém da dinâmica das transacções imobiliárias, que também sofreu, naturalmente, com a crise sanitária provocada pela Covid-19. Por último, importa frisar que ao nível do Imposto Predial Urbano e Imposto sobre Veículos Automóveis atingiram um nível de execução correspondente a respectivamente 85,7% e 82,6% do programado.

ii. Impostos Indirectos

Em relação a este grupo de impostos, importa referir, que os mesmos incidem sobre transacções de produtos, sendo a base tributária os valores de compra e venda, representando a maior componente das receitas fiscais (63,1%). A arrecadação das receitas derivadas destes impostos para o período em causa, foi de 373.068 milhares de Dobras, o que representa 45,1% do programado e um acréscimo de 35,3%, relativamente ao arrecadado no igual período do ano transacto. O módico nível de execução assim como o ligeiro incremento comparativamente ao período homólogo deve-se sobretudo ao desempenho verificado nas suas diversas componentes, particularmente as rubricas de Imposto sobre as Importações e Imposto sobre o Consumo como justificado nos pontos abaixo:

– Imposto sobre a Exportação

A política de incentivo à exportação, estatuída pela Lei n.º 1/2000, leva a que o valor de arrecadação de receita desta categoria seja nulo.

– Imposto sobre a Importação

A dependência da economia nacional face ao exterior continua a fazer com que esta categoria seja uma das principais fontes de arrecadação das receitas internas, considerada a maior componente das receitas fiscais arrecadadas (representa 36,3%, cf. Gráfico 3), pelo que até o final do segundo trimestre de 2020, a arrecadação desse agregado de receitas atingiu o montante de 213.865 milhares de Dobras, correspondente a 42,5% do programado, e um acréscimo de 33,8% face ao arrecadado no mesmo período do ano transacto.

Quadro 5: Detalhe do Imposto sobre Importação
(em milhares de Dobras)

Receitas	OGE 2019	Jan-Jun 2019	OGE 2020	Jan-Jun 2020	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
Imposto sobre Comércio Externo	526 867	159 883	503 468	213 865	42,5	33,8	100,0
Imposto sobre a Exportação	0	0	0	0	0,0
Imposto sobre Importação	526 867	159 883	503 468	213 865	42,5	33,8	100,0
Taxa	240 249	97 122	245 912	99 882	40,6	2,8	46,7
Sobre-Taxa	286 618	62 761	257 556	112 107	43,5	78,6	52,4
Sobre-taxa derivado de prod. petrolif	0	0	0	1 876	0,9

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

Para o nível de execução verificado concorreram, por um lado, as Taxas sobre Importação, derivadas do imposto aduaneiro, que registaram um grau de execução de 40,6% do programado, ascendendo aos 99.882 milhares de Dobras, o que representa um aumento de 33,8%, face ao arrecadado no mesmo período do ano anterior, e por outro, a Sobre-Taxa de importação, que obteve um nível de execução de 43,5% do programado, ascendendo a 112.107 milhares de Dobras, que entretanto corresponde a mais 78,6% do que foi arrecadado no igual período do ano transacto.

- Imposto sobre consumo

Este agregado de receitas que é composto por Imposto sobre Consumo de Serviços, Imposto de Consumo de Bebidas Alcoólicas e sobre o Consumo de Produção Local. Nesta categoria de imposto, registou uma execução que representa 17,9% das receitas fiscais (cf. Gráfico 3), tendo apresentado uma taxa de arrecadação que ficou nos 89,9% do programado, ascendendo aos 105.773 milhares de Dobras, o que representa um aumento de 73,8%, face ao arrecadado no período homólogo do ano transacto. A performance registada ao nível deste imposto foi impulsionada pelo:

- i. O desempenho registado ao nível dos Impostos sobre Consumo de Serviços, que alcançou uma realização de 76,5%, ascendendo aos 49.337 milhares de Dobras, que, todavia, corresponde a mais 27,5% do que foi arrecadado no igual período de 2019. É importante salientar que neste agregado de receitas faz parte o imposto sobre o consumo de Água e Energia e o imposto sobre o consumo de serviço bancário que sofreram uma variação negativa nos meses de Abril à Junho. Sendo a EMAE, o principal contribuinte deste imposto teve neste período uma diminuição nas cobranças de facturas, e, por conseguinte, uma diminuição no consumo de serviços de terceiros. O mesmo impacto sucede também no sector bancário com a diminuição nas operações financeiras como fonte geradora deste imposto.

O impacto negativo da pandemia neste agregado de receitas afectou também o imposto sobre o consumo de bebidas alcoólicas, imposto sobre o consumo das telecomunicações, imposto sobre o

consumo de serviços hoteleiros e o imposto sobre o consumo de serviços diversos, sendo estes dois últimos recuperados no mês de Junho.

- ii. O Imposto sobre Consumo de Produção Local que até final de Junho registou uma taxa de execução de 69,1% relativamente ao programado e um considerável acréscimo de 99,3% face ao que foi arrecadado no mesmo período do ano transacto, tendo alcançado uma arrecadação de 20.023 milhares de Dobras. Este imposto foi o que menos sofreu com a crise sanitária provocada pela Covid-19;
- iii. O Imposto de Consumo sobre as bebidas Alcoólicas cuja arrecadação ascendeu o montante de 36.414 milhares de Dobras, foi a que em termos percentuais, maior contribuição teve nesta categoria de receitas, ficando a 150,6% do programado, registando-se desta forma um aumento de 200,7%, face ao igual período do ano precedente.

Quadro 6: Detalhe do Imposto sobre Consumo
(em milhares de Dobras)

Receitas	OGE 2019	Jan-Jun 2019	OGE 2020	Jan-Jun 2020	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
Imposto sobre o Consumo	178 726	60 847	117 648	105 775	89,9	73,8	100,0
de Álcool Industrial	0	0	0	0	0,0
de Derivados do Petróleo	0	0	0	676	0,6
de Gases Liquefeitos	0	0	0	240	0,2
de Bebidas Alcoólicas	38 506	12 108	24 182	36 414	150,6	200,7	34,4
de Serviços de Telecomunicações	12 542	8 023	15 345	20 566	134,0	156,3	19,4
de Serviços Hoteleiros e Similares	9 683	5 263	8 938	8 616	96,4	63,7	8,1
de Serviços de Água e Energia	12 669	5 889	8 713	4 838	55,5	-17,8	4,6
de Serviços Bancários e de Seguros	11 531	4 677	9 206	5 555	60,3	18,8	5,3
de Serviços Diversos	50 006	14 842	22 301	8 847	39,7	-40,4	8,4
de Produção Local	38 397	8 716	24 442	18 501	75,7	112,3	17,5
de Produtos Diversos	5 392	1 329	4 521	1 522	33,7	14,5	1,4

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

– Imposto de Selo

Conforme apresentado no Quadro 1, registou-se nesta categoria de receitas fiscais, uma arrecadação que ascendeu 27.440 milhares de Dobras (representa 4,7% das receitas fiscais, cf. Gráfico 3), o que corresponde a uma taxa de execução de 41,4% do programado e uma perda de 9,0% do realizado no período homólogo de 2019. O moderado acréscimo e o nível de arrecadação observado estão relacionados com desempenho das suas componentes Selo de Conhecimento e Cobrança e Selo de Cheque que representam no seu conjunto 43,7% do grupo de imposto de selo. Durante o período em análise, a Administração Fiscal notificou os vendedores da cerveja, com base nas informações obtidas através da Cervejaria Rosema para efectuarem o pagamento do imposto de selo pelas vendas efectuadas. A tendência crescente durante o mês de Junho é justificada pela cobrança proveniente de 1ª prestação do pagamento por conta.

Quadro 7: Detalhe do Imposto de Selo
(em milhares de Dobras)

Receitas	OGE 2019	Jan-Jun 2019	OGE 2020	Jan-Jun 2020	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
Imposto de Selo	69 389	30 167	66 269	27 440	41,4	-9,0	100,0
Selo de Verba	41 247	16 526	38 297	16 113	42,1	-2,5	58,7
Selo de Conhecimento e Cobrança	4 029	3 491	5 036	2 164	43,0	-38,0	7,9
Selo de Cheque	19	785	863	6	0,7	-99,2	5,7
Selo de Assistência	24 094	9 365	22 073	9 157	41,5	-2,2	33,4

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

– Taxas

Relativamente as Taxas, que também incorporam custas e emolumentos, sobretudo os alfandegários, atingiram até o final do período em análise um grau de realização de 52,3% do programado, ascendendo aos 25.990 milhares de Dobras, o que reflectiu num débil acréscimo de 4,3% face ao arrecadado no igual período do ano 2019. O montante arrecadado representa cerca de 4,4% das receitas fiscais (conforme o Gráfico 3).

Quadro 8: Detalhe das Taxas
(em milhares de Dobras)

Receitas	OGE 2019	Jan-Jun 2019	OGE 2020	Jan-Jun 2020	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
Taxas	57 552	24 908	49 673	25 990	52,3	4,3	100,0
das quais							
Custas e taxas	2 727	818	2 304	492	21,4	-39,9	1,9
Emolumentos Gerais aduaneiros	3 609	1 685	3 609	1 540	42,7	-8,6	5,9
Emolumento Geral de exportação	3 866	24	789	23	3,0	-2,5	0,1
Emolumento Pessoais	9 259	3 274	8 259	3 023	36,6	-7,7	11,6
Subsídio de deslocação	13 998	6 025	13 998	6 114	43,7	1,5	23,5
Emolumento e Taxas Diversas	19 335	11 360	18 335	13 062	71,2	15,0	50,3
Emolumento Especiais - 10%	4 758	1 722	2 379	1 735	72,9	0,8	6,7

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

iii. Outras Receitas Fiscais

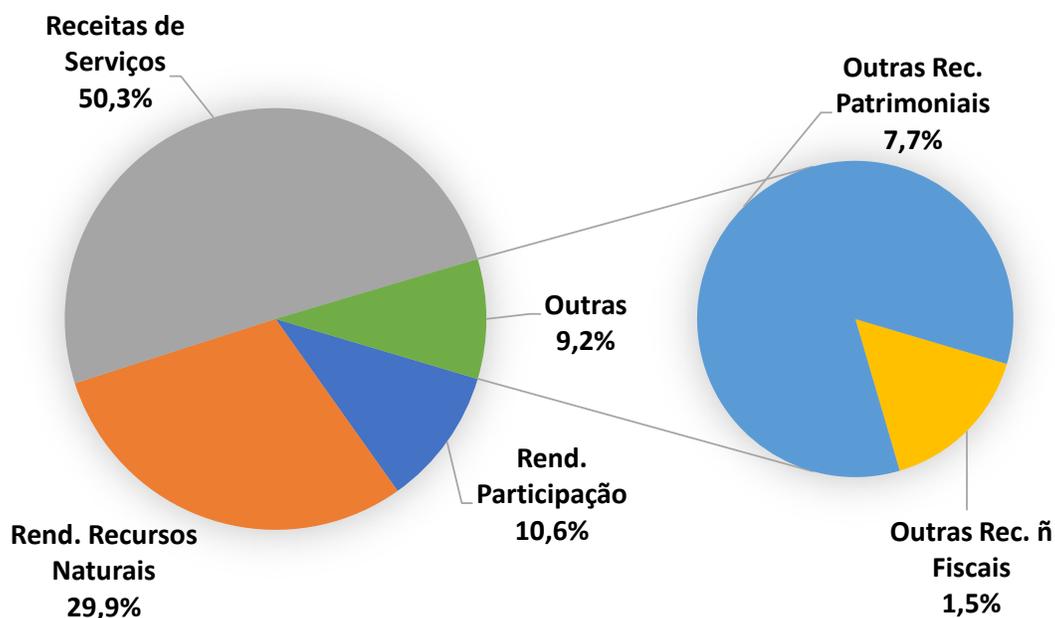
Estão agregadas nesta rubrica, todas as outras taxas e impostos residuais, cobrados que não se enquadram nos grupos anteriormente mencionados. Assim, até o final do segundo trimestre do exercício económico em análise, o nível de arrecadação deste agregado de receitas foi de 6,4% do programado, atingindo os 112 milhares Dobras, o que traduziu num acréscimo de 79,1% em termos homólogos nominais face ao arrecadado no igual período de 2019.

I.1.3.2. Receitas não Fiscais

Este agregado de receitas que é composto por Receita Patrimonial (Rendimento de Participações), Receitas de Serviços e Outras Receitas não Fiscais, teve até final do período em análise, uma taxa de realização de 49,0% do programado, ascendendo aos 127.226 milhares de Dobras, o que em termos homólogos nominais corresponde a uma diminuição de 42,8% face ao igual período de 2019, representando desta forma, 17,7% das receitas correntes realizadas. Este nível de execução verificado deveu-se fundamentalmente ao desempenho da bonificação e prémios do petróleo, bem como outras receitas patrimoniais que inclui (renda de casa e outros rendimentos imobiliários); tendo atingido 1178,8% e 71,7%, respectivamente do programado para o ano.

Gráfico 4: Estrutura das Receitas Não Fiscais

(em percentagem)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

i. Receita Patrimonial

Relativamente a esta componente das Receitas não Fiscais verifica-se que a mesma alcançou 99,0% do estimado para o ano, ascendendo aos 61.328 milhares de Dobras, o que corresponde a um decréscimo de 37,0% face ao que se arrecadou no igual período do ano transacto (que foi de 97.313 milhares de Dobras). O nível de arrecadação verificado deveu-se essencialmente ao desempenho da sua subcomponente “Rendimentos de Recursos Naturais”, que apresentou uma execução muito inferior ao período homólogo, como abaixo se discrimina:

– **Rendimento de Participações**

Fazem parte deste grupo de receitas, a participação do Estado nos Rendimentos das Empresas Estatais, os do Banco Central e das Empresas Participadas de acordo com o estipulado no artigo 5.º da Lei n.º 1/2017. Assim, conforme os dados apresentados na Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE), a sua arrecadação ascendeu o montante de 13.468 milhares de Dobras, representando desta forma 76,2% do programado para o ano e um decréscimo de 21,1% face ao igual período de 2019.

– **Rendimento de Recursos Naturais**

Relativamente às receitas provenientes dos recursos naturais, estas fazem referência às receitas oriundas do Rendimento do Petróleo (bónus de assinatura e taxas de transacção imobiliária) e do Rendimento das Pescas (relativas ao acordo de pesca assinado com a União Europeia e a concessão de licenças de pescas a pequenas embarcações). A sua execução situou-se nos 124,3% do programado, ascendendo aos 38.035 milhares de Dobras (representa 29,9% das receitas não fiscais, cf. Gráfico 4), e que corresponde a um decréscimo de 44,9%, comparativamente ao executado no mesmo período de 2019.

– **Outras Receitas Patrimoniais**

Este grupo de receitas representa todas as outras receitas patrimoniais não incluídas nos itens acima mencionados. Até final do segundo trimestre do corrente ano, as mesmas conheceram uma execução na ordem de 9.826 milhares de Dobras, cerca de 71,7% do programado e uma diminuição de 12,3% do que foi arrecadado no período homólogo do ano precedente.

ii. Receitas de Serviços

Estas compreendem as receitas originárias da exploração e da prestação de serviços em geral, tais como comerciais, comunitários, entre outros, que são consignadas algumas despesas dos sectores que as arrecadam. Sendo assim, até o segundo trimestre de 2020, arrecadou-se neste agregado de receitas o montante de 64.044 milhares de Dobras, (representa 50,3% das receitas não fiscais, ver Gráfico 4), que obteve um nível de execução de 34,6% do programado, correspondendo desta forma uma diminuição de 46,9% face ao arrecadado no período homólogo de 2019.

iii. Outras Receitas não Fiscais

Neste agregado de receitas, estão todas as outras receitas não fiscais que não se enquadram nas categorias anteriormente mencionadas. No período em análise, a taxa de arrecadação desse agregado de receitas foi de

14,9% do programado, atingindo os 1.854 milhares de Dobras, menos 57,2%, face ao registado no igual período de 2019, representando cerca de 1,5% das receitas não fiscais, conforme apresentado no Gráfico 4.

I.1.4. Donativos

Dada a conjuntura internacional adversa, decorrente da crise económico-social que os parceiros de cooperação tradicionais de São Tomé e Príncipe atravessam, provocada sobretudo pela Pandemia de COVID-19, constata-se uma considerável dificuldade de captação de recursos externos, sobretudo dos Donativos. De acordo com os dados observados através do Quadro 1, verifica-se que os recursos provenientes de Donativos, constituídos pelos donativos para financiamento do orçamento (proveniente do BAD), e os provenientes da iniciativa HIPC, alcançaram, até o final do período em análise, um grau de execução correspondente a 11,4% do programado, ascendendo a 194.444 milhares de Dobras (cerca de 15,3% das receitas totais, cf. Gráfico 1), que consequentemente representa uma diminuição de 48,9%, face ao arrecadado no igual período de 2019.

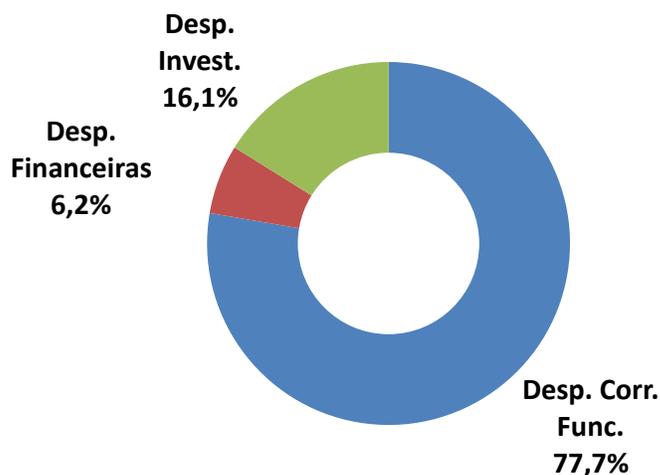
O nível de execução bem como o decréscimo verificado é justificado até o final do segundo trimestre, pela modesta entrada de Donativos para Financiamento do Orçamento, dado que só se registou até ao momento a entrada dos donativos de apoio orçamental do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) no montante de 153.071 milhares de Dobras, o que equivale a 128,4% do programado.

Salienta-se, de igual forma, que não foi mobilizada qualquer entrada dos Donativos para Projectos. Por último, relativamente aos donativos provenientes da iniciativa HIPC, observa-se que os mesmos ficaram nos 49,7% do programado, tendo ascendido a 41.373 milhares de Dobras, o que corresponde a uma variação homóloga negativa de 1,6%, face ao ano transacto.

ANÁLISE DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

Durante o primeiro semestre de 2020, as Despesas Totais que representam a soma das Despesas de Funcionamento (incluindo Juros da Dívida e Despesas Consignadas), Despesas de Investimentos Públicos e Despesas Financeiras (Despesas de Amortização da Dívida Pública) conheceram neste período, uma taxa de execução de 40,4% do inicialmente aprovado, ascendendo ao montante de 1.385.692 milhares de Dobras, e mais 23,1% do executado no igual período de 2019, impulsionado particularmente por uma maior realização das despesas correntes de funcionamento (77,7%, cf. Gráfico 5). Embora o crescimento verificado, o nível moderado do desempenho alcançado, deve-se fundamentalmente a baixa execução das despesas de investimentos públicos, em decorrência da baixa mobilização dos recursos internos reflectidos na componente recursos próprios e HIPC, bem como os externos, na vertente donativos para financiar projectos inscritos no orçamento, associada a contenção e alinhamento das despesas primárias, ao ritmo de arrecadação das Receitas Correntes, tendo em foco a meta do défice primário acordada com os parceiros de Bretton Woods.

Gráfico 5: Evolução e Estrutura das Despesas Totais
(em percentagem)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

I.1.5. Despesas Efectivas

Relativamente a categoria das Despesas Efectivas, que expressam a diminuição do património líquido do Estado (correspondem as Despesas Totais excluindo Despesas Financeiras), registaram até final do semestre em análise, uma execução que ascendeu ao montante de 1.299.987 milhares de Dobras, cerca de 39,8% do inicialmente previsto e mais 21,4% do executado no período homólogo de 2019. Apesar do crescimento verificado, constata-se que a taxa de execução dessas despesas ficou aquém do programado, devido fundamentalmente, a baixa realização das despesas do programa de investimentos públicos, na vertente das financiadas com recursos internos e externos.

I.1.6. Despesas Primárias

Atendendo que estas despesas correspondem à soma das Despesas de Funcionamento (excluindo Juros da Dívida Pública e as Despesas Correntes de Exercícios Anteriores) e das Despesas de Investimento financiadas com Recursos Internos (excluindo privatização) e, que serve de contraparte para o apuramento do saldo primário, que é o principal indicador de desempenho das finanças públicas, a sua realização face ao orçamentado foi de 54,4%, tendo ascendido a 924.706 milhares de Dobras, correspondente a mais 14,3% do que foi executado no mesmo período do ano transacto e a 9,2% do PIB estimado. O alto nível de execução, bem como o acréscimo verificado deve-se ao pagamento regular das despesas correntes sobretudo as despesas com pessoal bem como as transferências correntes, evitando deste modo a acumulação dos atrasados.

Quadro 9: Despesas Totais Executadas

(em milhares de Dobras)

Despesas	Real 2018	OGE 2019	Jan - Jun. 2019	OGE 2020	Jan - Jun. 2020	% Exec.	% V.H.	% PIB
Despesas Totais	2 345 339	3 160 268	1 125 571	3 431 865	1 385 692	40,4	23,1	13,9
Despesas efectivas	2 258 941	3 006 007	1 070 635	3 270 263	1 299 987	39,8	21,4	13,0
Despesas primárias	1 424 167	1 494 328	809 253	1 699 670	924 706	54,4	14,3	9,2
Despesas correntes	1 473 182	1 539 272	848 519	1 742 935	1 076 494	61,8	26,9	10,8
Despesas com pessoal	795 975	809 224	447 293	900 272	477 517	53,0	6,8	4,8
Bens e serviços	259 716	244 040	117 760	256 307	146 683	57,2	24,6	1,5
Juros da dívida	34 242	62 825	28 235	65 743	28 846	43,9	2,2	0,3
Subsídios e transf. correntes	272 723	321 962	131 389	317 961	174 389	54,8	32,7	1,7
Outras despesas correntes	70 505	77 541	109 342	178 926	115 002	64,3	5,2	1,2
Exercício findo	40 021	23 681	14 501	23 726	134 057	565,0	824,5	1,3
Investimento públicos	785 759	1 466 735	222 116	1 527 328	223 493	14,6	0,6	2,2
Recursos internos	25 248	41 561	3 469	46 204	11 115	24,1	220,4	0,1
Recursos próprios	13 428	21 845	1 913	22 988	5 371	23,4	180,8	0,1
Recursos de Privatização	0	0	0	0	0	-,-	-,-	0,0
HIPC	11 820	19 716	1 557	23 216	5 744	24,7	269,0	0,1
Recursos externos	760 512	1 425 174	218 646	1 481 124	212 378	14,3	-2,9	2,1
Donativos	643 653	1 307 975	140 739	1 373 726	212 378	15,5	50,9	2,1
Empréstimos	116 859	117 199	77 907	107 398	0	-,-	-,-	0,0
Despesas Financeiras	86 397	154 261	54 936	161 602	85 706	53,0	56,0	0,9

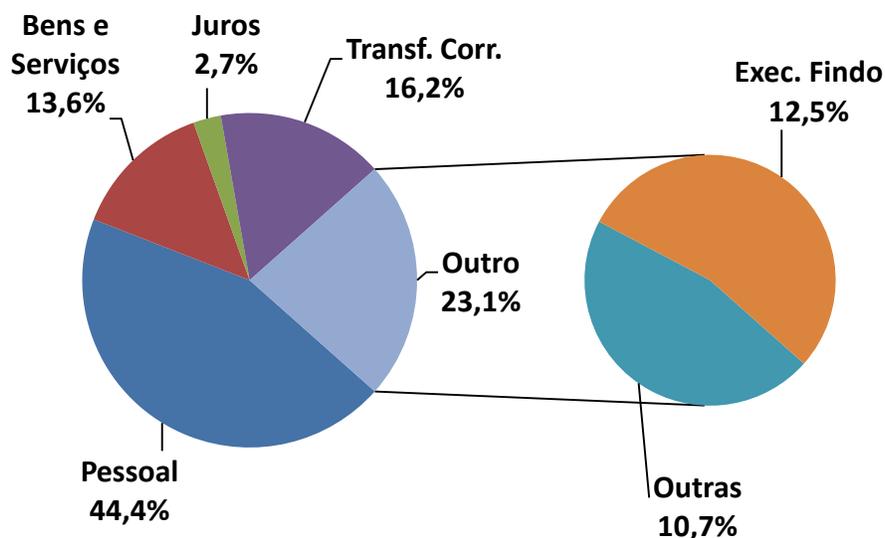
Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

I.1.7. Despesas de Funcionamento

No caso das despesas de funcionamento, estas referem-se as despesas correntes, tanto das actividades (incluindo juros da dívida pública) como as financiadas com recursos consignados aos sectores. Portanto, esta rubrica inclui todas as despesas de funcionamento que têm o carácter permanente e que se repetem anualmente, com objectivo de suportar o funcionamento do Estado, tendo a sua execução correspondido a 77,7% das despesas totais, conforme apresentado no Gráfico 5.

Gráfico 6: Evolução e Estrutura das Despesas de Funcionamento

(em percentagem)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

Dada apreciação dos dados do primeiro semestre do ano 2020, através do Quadro 9, observa-se que as mesmas tiveram uma execução que ascende a 1.076.494 milhares de Dobras, o que corresponde a 61,8% do inicialmente aprovado, e uma variação homóloga positiva em termos nominais de 26,9%, representando 10,8% do PIB estimado. Entretanto, o nível de execução verificado deve-se sobretudo ao desempenho alcançado pelos agregados que compõem esta categoria, como abaixo se descremina:

– **Despesas com Pessoal (incluindo encargos com segurança social)**

As Despesas com Pessoal, incluindo os encargos com segurança social, correspondem a 44,4% do total das despesas correntes de funcionamento, conforme mostra o Gráfico 6, mais de 80,9% das receitas fiscais realizadas e cerca de 4,8% do PIB estimado, o que evidencia a continuidade do seu peso no sector público administrativo. Entretanto, no período em análise a sua execução ficou nos 477.517 milhares de Dobras, representando 53,0% do inicialmente aprovado, o que corresponde, em termos homólogos nominais, a um acréscimo de 6,8%, justificados pelo pagamento de retroactivos relativos a promoções, das forças militares e paramilitares, bem como a incorporação no SAFE-e de salários das Câmaras Distritais, Região Autónoma do Príncipe, Instituto de Habitação Imobiliária e o Instituto Marítimo e Portuário. De ressaltar, que do total executado, destacam-se as rubricas vencimentos e salários e outras despesas com pessoal que representam 43,7% e 52,8%, respectivamente do total executado.

– Despesas com Bens e Serviços

Este agregado de despesas corresponde à aquisição de bens (duradouros e não duradouros) e serviços para o funcionamento da Administração Pública, representando cerca de 13,6% das despesas correntes de funcionamento (cf. Gráfico 6). De acordo com as informações do Quadro 9, observa-se que durante o primeiro semestre do ano em análise, as despesas com aquisição de bens e serviços, tiveram uma taxa de execução de 57,2% do inicialmente aprovado, ascendendo aos 146.683 milhares de Dobras, o que corresponde a um aumento de 24,6%, face ao executado no mesmo período do ano transacto. Importa salientar que o acréscimo observado ao nível deste grupo de despesas foi impulsionado pela execução de despesas adicionais no âmbito do programa de combate a Pandemia Covid-19, como acima mencionado na Apreciação Global, verificando-se o alto desempenho em todas as rubricas que compõem esta categoria de despesas a representar; Bens duradouros, Bens não duradouros, Aquisição de serviços e Outras aquisições de serviços correspondendo a mais 274,1%, 56,3%, 15,8% e 158,1%, respectivamente.

– Juros da Dívida

As despesas com juros tiveram uma realização de 28.846 milhares de Dobras, ficando nos 43,9% do programado, e com uma variação homóloga positiva de 2,2% face ao realizado no mesmo período do ano anterior (ver Quadro 9), tendo uma participação de 2,7% do total das despesas correntes de funcionamento (cf. Gráfico 6).

– Subsídios e Transferências Correntes

Os subsídios são aqui entendidos como as transferências efectuadas para as empresas privadas para suportar as actividades produtivas. A ausência desses tipos de despesas por parte do Estado faz com que os registos sejam nulos.

Portanto, no que se refere às transferências correntes, estas fundamentalmente são feitas sem contrapartidas pela Administração Central, particularmente, aos Serviços e Fundos Autónomos, os Institutos Públicos, as Câmaras Distritais, à Região Autónoma do Príncipe, para as Famílias e para o Funcionamento das Embaixadas. Com a consolidação da política de concessão gradual da autonomia administrativa e financeira aos diversos órgãos e organismos, este grupo de despesas continua a adquirir relevância no cômputo das despesas correntes realizadas, tendo correspondido a 16,2% das mesmas (cf. Gráfico 6).

Contudo, conforme o Quadro 9, observa-se que até o final do semestre em análise, as Transferências Correntes atingiram uma execução que ascende a 174.389 milhares de Dobras, o que corresponde a 54,8% do inicialmente aprovado e mais 32,7% do executado no igual período do ano 2019. Contribuíram para o valor efectuado as execuções das suas diversas subcomponentes, com maior realce para a Região Autónoma do Príncipe (RAP), para as Famílias, para Institutos Públicos, para as Câmaras Distritais e para Serviços Autónomos, tendo registado no seu conjunto 94,1% do executado neste grupo de despesas. Em termos de variação homóloga, apenas as transferências para Institutos Públicos, os valores executados ficaram abaixo do executado no período homólogo do ano transacto.

– Outras Despesas Correntes

Esse agregado de despesas para além de incluir todas as despesas que não se enquadram em nenhum dos itens mencionados anteriormente, englobam também as despesas com "Junta de Saúde para o Exterior" e "Despesas Consignadas" aos recursos próprios dos sectores que as arrecadam. Dados observados através do Quadro 9, mostra que até final de Junho de 2020, as mesmas tiveram uma execução de 115.002 milhares de Dobras, estando a 64,3% do inicialmente aprovado, representando 10,7% das despesas de funcionamento (ver Gráfico 6). Comparativamente ao executado no período homólogo apresenta um acréscimo de 5,2%.

O elevado nível de execução deve-se a performance da rubrica "Outras (incluindo junta médica) " com 57,7% do programado e Despesas Consignadas que também ficou a 71,5% do inicialmente aprovado, devido a incorporação de despesas consignadas dos serviços junto aos bancos comerciais e que não passam pela CUT, que até o final do período em análise foram executadas 69.185 milhares de Dobras (conforme abordagem efectuada na apreciação global).

– Despesas Correntes do Exercício Findo

Estas são orçamentadas de modo a se pagar as despesas correntes dos anos anteriores que transitaram para o ano corrente e que devem ser pagas mediante a existência de dotação disponível para o efeito. No final do semestre em análise, registou-se uma execução que ascendeu a 134.057 milhares de Dobras, correspondente a 565,0% do previsto e mais 824,5% do executado no igual período do ano antecedente. O aumento verificado nesta categoria de despesas, deveu-se sobretudo ao pagamento dos atrasados de consumo de Água e Energia e Comunicações dos anos anteriores.

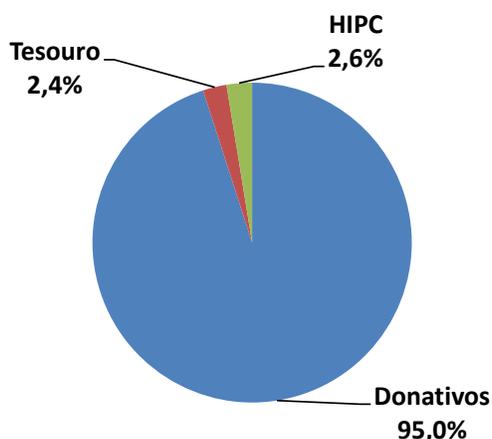
I.1.8. Despesas de Investimentos Públicos (PIP)

As despesas de investimentos públicos executadas, referem-se aos gastos de projectos efectuados com formação bruta de Capital fixo e em bens duradouros, agregando assim valor ao património do Estado e estão dispostos por fonte de recursos internos e externos, sendo que os internos agrupam as financiadas com Recursos Próprios do Tesouro, Recursos de Privatização e Recursos oriundos da iniciativa HIPC. Os recursos externos correspondem a soma das despesas financiadas com Donativos e Créditos.

Para o período em análise, as despesas de investimentos públicos, registaram uma execução no montante de 223.493 milhares de Dobras, (cerca de 16,1% das Despesas Totais, cf. Gráfico 5), o que corresponde a 14,6% do inicialmente aprovado e mais 0,6% do executado no igual período do ano 2019.

Gráfico 7: Evolução e Estrutura das Despesas de Investimentos Públicos (PIP)

(em percentagem)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública – MPFEA

O baixo nível de execução bem como o ligeiro crescimento observado face ao igual período de 2019, deve-se por um lado, a contida mobilização dos recursos internos (recursos próprios e HIPC) e por outro, externos, principalmente de recursos de donativos, que é justificado pelo facto de uma parte das informações de execução dos projectos financiados por este recurso e executados directamente pelos parceiros de cooperação, até ao momento não se encontram disponíveis para o efeito de consolidação.

– Financiadas com Recursos Internos

Estas correspondem aos projectos inscritos no PIP financiados com Recursos Próprios do Tesouro e com financiamento do fundo de iniciativa para países pobres e altamente endividados (HIPC). Conforme se observa no Quadro 9, as mesmas foram programadas no montante de 46.204 milhares de Dobras para o período em referência. Entretanto, para o semestre em análise registou-se uma execução de 11.115 milhares de Dobras correspondendo a 24,1% do orçamentado. Assim sendo, no Gráfico 7, estas representam 5,0% do PIP executado.

O nível de execução aquém do esperado para o período em análise, é justificado pela baixa execução dos seus agregados, sendo que a componente de Recursos Próprios do Tesouro atingiu 23,4% do programado, ascendendo a 5.371 milhares de Dobras (corresponde a 2,4% do PIP, conforme o Gráfico 7). Salienta-se que a componente HIPC situou-se nos 24,7% do programado, ascendendo a 5.744 milhares de Dobras (cerca de 2,6% do PIP executado, ver o Gráfico 7).

– Financiadas com Recursos Externos

Nesta componente estão os projectos inscritos no PIP que são financiados tanto com donativos como com créditos. Até ao final do período em análise, verifica-se uma execução que ascendeu a 212.378 milhares de Dobras, correspondendo a 14,3% do programado, o que representa cerca de 95,0% do total do PIP executado. Comparativamente a igual período do semestre anterior constata-se que o nível de execução alcançado representa um decréscimo de 2,9%. Vale ressaltar, que do montante do PIP executado, 95,0% correspondem as despesas financiadas com Donativos (ver Gráfico 7), que registaram uma execução de 15,5% do aprovado e um acréscimo de 50,9% do executado no mesmo período do ano transacto. É de referir que os recursos financiados com créditos não registaram execução.

I.1.9. Despesas Financeiras (Amortização da Dívida Pública)

A razão dos compromissos assumidos para período em análise, observa-se, através do Quadro 9, que as despesas financeiras registaram uma execução no montante de 85.706 milhares de Dobras, cerca de 53,0% do programado e mais 56,0% em termos nominais face ao executado no mesmo período do ano transacto, o que corresponde a 6,2% das despesas totais executadas, conforme apresentado no Gráfico 5.

Ao procedermos a análise do Quadro 10, observa-se que até Junho do corrente ano, que o estoque da dívida pública situa-se nos 398,2 milhões de Dólares Americanos, um acréscimo de 2,7% do que se verificou até o final de 2019, correspondendo a 86,8% do PIB, sendo que do montante apurado USD 184,6 milhões correspondem aos atrasados. Ainda observando o Quadro 10, nota -se que em termos de estrutura, 72,0% do estoque da dívida pública referem-se a dívida externa, enquanto as internas representam 28,0%.

No âmbito da dívida externa, 24,9% referem-se a dívida multilateral e 75,1% a bilateral, sendo no circuito desta as mais proeminentes são as dívidas com Portugal (19,5%) e Angola (nova dívida) 14,6%. Relativamente à dívida interna, as mesmas ascendem a USD 111,7 milhões, sendo que USD 13,2 milhões (cerca de 11,8% na estrutura do total da dívida interna) correspondem a dívidas com fornecedores, USD 24,1 milhões (21,6% do total da dívida interna) correspondem a emissão do bilhete de Tesouro e novos atrasados internos com USD 74,4 milhões (cerca de 66,6% na estrutura do total da dívida interna).

Quadro 10: Estoque da Dívida Pública até Junho
(em milhões de Dólares)

PERÍODOS	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Até Junho de 2020		
										Total	S/ Atrasados	Atrasados
STOCK TOTAL	281,9	228,2	232,4	244,3	274,2	278,9	291,9	296,0	387,6	398,2	213,7	184,6
DÍVIDA EXTERNA	114,8	205,6	215,5	230,6	261,6	266,7	261,4	264,0	269,9	286,5	190,2	96,3
Multilateral	42,1	41,0	43,7	41,5	42,4	40,3	44,5	49,5	54,5	71,3	71,3	0,0
BAD/FAD	2,2	2,1	5,5	5,3	5,2	4,4	6,9	11,8	15,4	16,2	16,2	0,0
IDA	14,9	14,1	14,0	14,0	13,8	12,3	11,9	11,8	11,6	11,5	11,5	0,0
FIDA	7,9	8,0	7,7	6,9	6,7	6,4	5,8	5,4	5,0	4,7	4,7	0,0
OPEC	5,5	4,5	4,1	3,3	2,8	2,4	2,0	1,7	1,4	3,5	3,5	0,0
BEI	0,9	0,9	0,6	0,3	-0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
BADEA	5,8	5,9	5,8	7,1	9,4	10,4	12,0	12,0	11,8	14,0	14,0	0,0
FMI	4,9	5,5	6,0	4,6	4,6	4,3	5,9	6,9	9,0	21,3	21,3	0,0
KUWAIT FUND ¹	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,2	0,2	0,0
Bilateral	72,7	164,6	171,8	189,1	219,2	226,4	216,9	214,5	215,4	215,2	118,9	96,3
Clube de Paris	0,9	1,0	1,0	1,1	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,0
ALEMANHA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
BÉLGICA	0,9	1,0	1,0	1,1	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,0
ESPAÑA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
FRANÇA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
RUSSIA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Não Clube de Paris	71,8	163,6	170,8	188,0	218,4	225,6	216,0	213,6	214,6	214,4	118,1	96,3
PORTUGAL	30,5	39,8	47,3	47,3	54,5	57,2	59,6	57,2	55,9	55,9	55,9	0,0
ANGOLA(atrasada)	10,0	22,0	22,0	22,0	22,0	22,0	30,6	30,6	36,0	36,0	0,0	36,0
ANGOLA	0,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,9	10,9	11,1	10,4	10,4	0,0
ANGOLA(nova dívida)	-	0,0	0,0	17,0	31,0	35,5	40,0	40,0	41,8	41,8	41,8	0,0
ARGELIA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
CHINA POPULAR	6,3	17,3	18,6	18,8	18,4	18,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
CABO VERDE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
JUGOSLAVIA ⁴	0,0	8,8	8,8	8,8	8,8	8,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Div. Comercial	0,0	25,8	24,3	24,3	34,3	34,3	34,3	34,3	34,3	34,3	10,0	24,3
ITALIA	0,0	25,8	24,3	24,3	24,3	24,3	24,3	24,3	24,3	24,3	0,0	24,3
CHINA	0,0	0,0	0,0	0,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	0,0
Div. Curto Prazo	25,0	39,8	39,8	39,8	39,4	39,4	40,7	40,7	35,9	36,0	0,0	36,0
NIGERIA	20,0	30,0	30,0	30,0	30,0	30,0	30,0	30,0	30,0	30,0	0,0	30,0
BRASIL	5,0	4,3	4,3	4,3	4,3	4,3	4,3	4,3	4,3	4,3	0,0	4,3
ANGOLA(atrasada) ⁶	0,0	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	4,8	4,8	0,0	0,0	0,0	0,0
GUINÉ EQUATORIAL	-	2,1	2,1	2,1	1,6	1,6	1,7	1,7	1,7	1,7	0,0	1,7
DÍVIDA INTERNA	0,0	22,6	16,9	13,7	12,6	12,2	30,6	32,0	117,7	111,7	23,4	88,3
Div. c/ Fornecedores	-	22,6	16,9	13,7	12,6	12,2	13,5	12,5	13,1	13,2	13,2	0,0
MSF	-	7,4	6,4	5,4	4,9	4,7	5,1	4,8	4,7	4,7	4,7	0,0
HIDROELECTRICA	-	2,7	2,7	2,5	2,3	2,2	2,5	2,4	2,3	2,3	2,3	0,0
SYNERGIES	-	3,6	3,6	4,5	4,5	4,4	5,0	4,3	4,6	4,7	4,7	0,0
OUTROS	-	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0
ATRAS. INTERNOS	-	8,7	4,0	1,0	0,8	0,7	0,8	0,8	1,5	1,5	1,5	0,0
Novos Atrasados Internos⁵	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	0,0	75,2	74,4	0,0	74,4
ESTADO/EMAE	-	-	-	-	-	-	-	-	5,0	3,9	0,0	3,9
ESTADO/CST	-	-	-	-	-	-	-	-	6,6	6,3	0,0	6,3
ESTADO/EMPRESAS	-	-	-	-	-	-	-	-	10,2	8,0	0,0	8,0
OUTROS	-	-	-	-	-	-	-	-	11,8	11,6	0,0	11,6
ENCARGOS SALARIAIS	-	-	-	-	-	-	-	-	6,1	5,8	0,0	5,8
DIFERENCIAL de preço Combustível	-	-	-	-	-	-	-	-	34,1	37,1	0,0	37,1
Edifício de S.Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	-	-	-	0,6	0,8	0,0	0,8
Edifício do Tribunal de Contas	-	-	-	-	-	-	-	-	0,8	0,8	0,0	0,8
BILHETES DO TESOURO	-	-	-	-	0,0	0,0	17,0	19,5	29,4	24,1	10,2	13,9
II. PASSIVOS CONTINGENTES*	-	113,1	159,4	159,4	0,0							

Fonte: GDP/DT- MPFEA

I.1.10. Principais Saldos Orçamentais

I.1.10.1. Saldo Corrente

Este saldo obtém-se, pela diferença entre as Receitas Correntes e as Despesas de Funcionamento. Conforme apresentado no Quadro 11, verifica-se que no período em análise registou-se um saldo corrente base

compromisso negativo de 358.658 milhares de Dobras, contra o deficit de 127.065 milhares de Dobras, apurado no mesmo período do ano 2019, o que corresponde a um agravamento de 231.593 milhares de Dobras. Desta forma conclui-se que as receitas correntes foram insuficientes para cobrir as despesas de funcionamento, fruto de baixa arrecadação das receitas.

Quadro 11: Principais Saldos Orçamentais até Junho de 2020/ 2019

(em milhares de Dobras)

Saldos	Real	OGE	Jan - Jun.	OGE	Jan - Jun.	%	%	%
	2018	2019	2019	2020	2020	Exec.	V.H.	PIB
Saldo Corrente	-107 876	-207 372	-127 065	-212 668	-358 658	168,6	182,3	-3,6
Saldo Corr. excl. receitas petróleo	-319 894	-209 372	-187 720	-214 606	-381 503	177,8	103,2	-3,8
Saldo Primário Doméstico	-270 880	-164 428	-148 454	-171 341	-229 716	134,1	54,7	-2,3
Varição de Atrasados	115 907	0	64 595	0	-63 980	0,0	-199,0	-0,6
Saldo Global (Base caixa)	-62 219	-200 074	41 354	-190 661	-537 393	281,9	-1 399,5	-5,4

Fonte: TOFE - DCP/DT-MPF EA

I.1.10.2. Saldo Primário

O Saldo primário, por seu turno, é o principal indicador de gestão das finanças públicas. Representa a diferença entre as receitas correntes (excluindo rendimentos provenientes de petróleo) e despesas primárias. Este saldo diz-nos em que medida as receitas internas arrecadadas pelo Estado são suficientes para cobrir as despesas primárias num determinado período, ou seja, verifica se o Estado sobrevive com o que arrecada. Deste modo, a execução orçamental que cobre o período de Janeiro a Junho do corrente ano registou um saldo primário base compromisso deficitário de 229.716 milhares de Dobras, contra 148.454 milhares de Dobras, também deficitário, registado em igual período de 2019 (ver Quadro 11). Este nível de défice equivale a menos 2,3% do PIB estimado para o ano. É importante relembrar que a meta do saldo primário inicialmente programado para o presente exercício económico é de 1,7% do PIB.

É necessário salientar que com aplicação de algumas medidas restritivas no combate a Pandemia COVID-19, a meta do saldo primário será revista em alta, a partir do mês de Julho do corrente ano, com a aprovação do orçamento retificativo.

I.1.10.3. Saldo Global

O saldo global representa a diferença entre as Receitas Efectivas e Despesas Totais, depois de deduzidas as variações dos atrasados num determinado período. Conforme as informações apresentadas através do Quadro 11, apurou-se durante o primeiro semestre de 2020, um saldo global base caixa negativo de 537.393 milhares de Dobras, contra os 41.354 milhares de Dobras positivo, registados no igual período de ano transacto.

I.1.11. Financiamento do Défice Global

I.1.11.1. Financiamento Interno

Até o final do primeiro semestre de 2020, apurou-se um saldo global de 537.393 milhares de Dobras, que corresponde a uma execução de 281,9% acima do estimado para o semestre em causa, e uma diminuição de 1.399,5% do que foi mobilizado no mesmo período do ano transacto.

Este resultado do deficit global registado, deve-se ao baixo nível de arrecadação das receitas e consequente pressão do lado das despesas, bem como outros compromissos assumidos, permitiram que se utilizasse a emissão de BT (Bilhete de Tesouro), como uma das fontes de financiamento interno. Assim, destaca-se o desembolso Líquido do Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP) relativos a emissão de Bilhetes de Tesouro (BT), que permitiu a mobilização de recursos próprios, em termos líquidos de 32.524 milhares de Dobras, para cobrir o BT que ia vencer, em conformidade com a Norma de Aplicação Permanente do BCSTP – NAP 14/2015 e o Decreto-lei n.º 2/2014, de 27 de Fevereiro, que aprova o Regime Jurídico do BT. Salienta-se que também como financiamento interno foram utilizados 84.046 milhares de Dobras provenientes da CNP (20% do saldo anual da NOA OFFSHORE).

Quadro 12: Resumo do Financiamento do Défice Global

(em milhares de Dobras)

Itens	Real 2018	OGE 2019	Jan - Jun. 2019	OGE 2020	Jan - Jun. 2020	% Exec.	% V.H.	% PIB
FINANCIAMENTO	62 219	200 074	-41 354	190 661	537 393	281,9	-1399,5	5,4
Financiamento Interno <i>dos quais</i>	45 362	82 875	85 993	83 263	84 048	100,9	-2,3	0,8
<i>Receitas de Alienação</i>	116	2 008	0	1 500	2	0,2	-,-	0,0
<i>Transferências CNP</i>	45 246	80 867	85 993	81 763	84 046	102,8	-2,3	0,8
Financiamento Externo <i>dos quais</i>	132 849	117 199	77 907	107 398	274 305	255,4	252,1	2,7
<i>Desembolsos para Projectos</i>	132 849	117 199	77 907	107 398	274 305	255,4	252,1	2,7
Mov. Contas do Tesouro	104 317	0	-316 989	0	8 120	0,0	-102,6	0,1
BCSTP Líquido	40 584	0	89 779	0	-32 524	0,0	-136,2	-0,3
Contas de Regularização	-14 995	0	0	0	0	-,-	-,-	0,0
NOA OFFSHORE	-212 019	0	-60 654	0	-1 390	0,0	-97,7	0,0
Discrepância Financeira	-33 881	0	82 610	0	204 834	0,0	148,0	2,0

Fonte: TOFE - DCP/DT-MPFEEA

I.1.11.2. Financiamento Externo

No decorrer dos primeiros 6 meses de 2020, o Financiamento Externo, teve uma execução de 274.305 milhares de Dobras, equivalente a 255,4% do programado e mais de 252,1% do que foi registado no igual período de 2019, proveniente de desembolsos para projectos do FMI – ECR_2019, créditos (necessariamente concessionais, conforme acordado no programa de ajustamento mantido com os parceiros de Bretton Woods) para financiamento de despesas de investimentos inscritas no PIP.

Parte II:

ANÁLISE SEGUNDO AS CLASSIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS



Ministério do Planejamento, Finanças e Economia Azul
Direcção de Contabilidade Pública

financas.gov.st

PARTE II: ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

II.1. Análise da Execução Orçamental

II.1.1. Por Classificação Orgânica

Os resultados da execução orçamental das despesas por classificação orgânica no primeiro semestre de 2020, conforme apresentado no Quadro 13, reflectem um nível de execução acima do programado para o período em análise, sendo os órgãos mais proeminentes, o Ministério de Defesa e Ordem Interna (MDOI), com 68,4% da dotação final, correspondente a 150.413 milhares de dobras, a seguir a Câmara Distrital de Água Grande (CDAG), com 66,2% da dotação final, correspondente a 10.681 milhares de dobras, seguidamente do Tribunal Constitucional (TCO), com 62,4% da dotação final, correspondente a 3.403 milhares de dobras, depois o Encargos Gerais de Estado (EGE), que apresentou um registo de 61,8% da dotação corrigida, correspondente a 362.478 milhares de Dobras, seguido o Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos (MJAPDH) com 59,4% da dotação final, correspondente a 35.473 milhares de Dobras, posteriormente a Câmara Distrital de Lobata (CDLMB) com 55,5% da dotação final, correspondente a 6.451 milhares de Dobras, dando continuidade a Presidência da República (PR), com 53,2% da dotação final, o correspondente a 7.796 milhares de Dobras, depois a Câmara Distrital de Caué (CDC), com 51,8 da dotação final, correspondente a 3.301 milhares de Dobras e por último, a Câmara Distrital de Lembá (CDLMB), com 50,9% da dotação inicial, correspondente a 4.055 milhares de Dobras.

Entretanto, para o baixo nível de execução apresentado, este deve-se por um lado, a contida mobilização de recursos externos, tanto na sua vertente de donativo como de crédito, para implementação das acções inscritas no programa de investimentos público, e por outro, pela inoportunidade na disponibilização das informações da execução dos projectos financiados e executados directamente pelos parceiros de desenvolvimento, que normalmente só chegam no final do ano.

Quadro 13: Execução por Classificação Orgânica

(em milhares de Dobras)

Órgãos	Dotação Inicial	Dotação Corrigida	Desp. Cabim.	Desp. Liquidada	Desp. Paga	% Exec.	% Estr
AN	130 877	130 877	35 583	35 083	35 083	26,8	2,5
TC	38 789	39 905	10 894	10 894	10 894	27,3	0,8
TCO	5 200	5 457	3 403	3 403	3 403	62,4	0,2
TJ	43 778	43 778	17 334	17 334	17 334	39,6	1,3
PR	14 667	14 667	7 796	7 796	7 780	53,2	0,6
GPM	58 678	58 976	18 582	18 582	16 565	31,5	1,3
PGR	25 095	25 255	8 454	8 454	7 988	33,5	0,6
MDOI	222 215	219 748	150 413	150 413	140 976	68,4	10,9
MNEC	157 461	156 647	37 367	37 365	36 257	23,9	2,7
MJAPDH	60 951	59 683	35 493	35 473	33 819	59,4	2,6
MTSFFP	60 609	57 553	10 082	10 081	8 964	17,5	0,7
MPFEA	177 991	180 420	58 511	58 481	53 992	32,4	4,2
MTCCI	39 815	38 310	10 290	10 290	8 798	26,9	0,7
MEES	538 929	553 234	244 669	238 362	231 288	43,1	17,2
MOPIRNA	533 152	562 759	151 473	151 473	149 212	26,9	10,9
MS	401 337	396 048	132 265	132 265	125 959	33,4	9,5
MJDE	61 730	64 016	7 099	7 099	6 716	11,1	0,5
MAPDR	188 706	188 933	19 985	19 974	18 002	10,6	1,4
GRP	122 175	122 175	36 825	36 811	36 811	30,1	2,7
CDAG	16 123	16 123	10 681	10 681	10 681	66,2	0,8
CDCG	8 325	9 325	3 737	3 737	3 737	40,1	0,3
CDC	6 375	6 375	3 301	3 301	3 301	51,8	0,2
CDLMB	7 933	7 969	4 055	4 055	4 055	50,9	0,3
CDLOBTA	11 620	11 620	6 451	6 451	6 451	55,5	0,5
CDMZ	11 519	11 519	5 358	5 358	5 358	46,5	0,4
EGE	487 815	586 769	362 478	362 478	317 998	61,8	26,2
Total Geral	3 431 865	3 568 142	1 392 578	1 385 692	1 301 419	38,8	100,0

Fonte: DCP-MPFEA

Quanto a estrutura das despesas totais (1.385.692 milhares de Dobras), verifica-se que 74,7% do executado encontra-se concentrado em cinco órgãos, nomeadamente:

- O EGE com 26,2%, onde se destaca a execução das acções “2307 - Complemento p/ manutenção e Funcionamento das Unidades”, “2422 - Apoio à Elaboração do Orçamento”, “2424 – Pagamento da Dívida Pública”, “6043 – Regularização das despesas atrasadas de serviço de comunicação”, “2456 – Amortização da Dívida Pública” e “6607 – Prevenção ao Covid 19”;
- MEES (17,2%), devido a execução das acções “1001 - Despesa com Pessoal”, “2000 – Funcionamento e manutenção da Unidade”, “3840 – Bolsas externas (Licenciatura, Mestrado e Doutoramento)”, “6588 - Funcionamento do Instituto Superior de Educação e Comunicação”, “5768 – Construção do Liceu”, “5775 - Construção de Escola Básica em São Finícia”, “6587 – Funcionamento da faculdade de Ciência e Tecnologia” e “4982 – Construção de Jardim de Infância em Ribeira Peixe”;
- No MOPIRNA com 10,9%, devido a execução das actividades “2000 – Funcionamento e manutenção da Unidade”, “5355 – Transferências correntes p IMAP”, “3129 – Estudos p/Construção de Arruamento de Campo de Milho”, “3151 – Reabilitação das Pontes sobre o Rio Água Grande”, “3945 - Reabilitação de Troços Cruz Mami e Arruamentos (0,7km)”, “5531 - Requalificação/Lote Conde/Micoló/Fernão Dias”, “5974 – Construção de Estrada Penha -Lixeira /Água Porca”, “5976 – Reabilitação de Troço de Estrada Guadalupe/Morro -Peixe”, “6296 - Requalificação dos Arruamentos da Cidade Capital e Arredores Incl Drenagem”;

- O MDOI com 10,9%, devido a execução das actividades "1001 - Despesa com Pessoal", "1051 – Participação nas Reuniões no âmbito da CPLP e CEAC", "2000 – Funcionamento e Manutenção da Unidade", "2569 – Subsídios as Autoridades PÚBLICAS" e "3376 – Despesas ao abrigo das receitas Consignadas", e por último;
- No MS com 9,5%, devido a execução das acções "1001 - Despesa Com Pessoal", "2000 – Funcionamento e manutenção da Unidade", "2057 - Saúde Reprodutiva", "3376 – Despesas ao abrigo das Despesas Consignadas", "1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde" e "2478 – Aquisição de reagentes e consumíveis para sistema sanitário".

II.1.2. Por Classificação Funcional

Neste ponto, a análise da execução das despesas por classificação funcional, referente ao primeiro semestre de 2020, conforme apresentado no Quadro 14, observa-se que do conjunto das funções apresentadas, destaca-se as execuções ocorridas em Serviços Públicos Gerais que ascendeu a 534.044 milhares de Dobras, correspondendo a 42,2% da dotação corrigida, na função Educação, a execução foi de 233.708 milhares de Dobras, o que corresponde a 43,2% da sua dotação final, na área de Defesa Nacional com nível de realização de 67,9% da dotação corrigida, ascendendo a 132.948 milhares de Dobras, Saúde com o nível de execução de 35,0% da dotação corrigida, ascendendo a 132.415 milhares de Dobras, para os Encargos Financeiros o montante ascendeu a 116.784 milhares de Dobras, correspondendo a 53,1% da dotação corrigida, e finalmente a função Transportes e Comunicação com um nível de realização de 29,3% da dotação corrigida, equivalendo a 116.219 milhares de Dobras.

Ainda a respeito da execução das despesas por classificação funcional é de salientar que um número considerável das funções apresentou um nível de execução muito baixo, em relação as respectivas dotações corrigidas, destacando-se Habitação e Serviços Comunitários (4,9%), Ambiente (6,7%), Agricultura e Pesca (9,5%) e por último, Combustíveis e Energia (9,6%).

Quadro 14: Execução por Classificação Funcional

(em milhares de Dobras)

Função	Dotação Inicial	Dotação Corrigida	Desp. Cabim.	Desp. Liquidada	Desp. Paga	% Exec.	% Estr
Serviços Públicos Gerais	1 215 804	1 264 589	534 612	534 044	468 405	42,2	38,5
Defesa Nacional	195 473	195 750	132 948	132 948	132 948	67,9	9,6
Segurança Interna e Ordem Pública	25 698	26 006	7 655	7 655	7 655	29,4	0,6
Educação	530 959	540 772	240 015	233 708	226 634	43,2	16,9
Saúde	378 379	378 023	132 415	132 415	126 110	35,0	9,6
Segurança e Assistência Social	74 467	115 956	66 476	66 476	62 251	57,3	4,8
Habituação e Serviços Comunitários	49 807	49 807	2 452	2 452	2 452	4,9	0,2
Cultura e Desporto	64 757	63 128	7 240	7 240	6 857	11,5	0,5
Combustíveis e Energia	119 422	124 772	11 996	11 996	11 996	9,6	0,9
Agricultura e Pesca	183 497	185 302	17 543	17 533	17 533	9,5	1,3
Transportes e Comunicações	367 653	397 052	116 219	116 219	115 572	29,3	8,4
Comércio e Serviços	809	809	4 074	4 074	4 074	503,9	0,3
Trabalho	3 058	3 058	1 933	1 933	1 933	63,2	0,1
Ambiente	3 212	3 212	217	217	217	6,7	0,0
Encargos Financeiros	218 869	219 905	116 784	116 784	116 784	53,1	8,4
Total Geral	3 431 865	3 568 142	1 392 578	1 385 692	1 301 419	38,8	100,0

Fonte: DCP-MPFEA

No que concerne a estrutura das despesas totais, observa-se maior concentração nos *Serviços Públicos Gerais* (38,5%) devido sobretudo a execução das acções como "1001 – Despesas com Pessoal", "2000 – Funcionamento e Manutenção da Unidade", "2200 - Apoio Institucional ao M.N.E.C.C.", "2307 - Complemento p/ manutenção e Funcionamento das Unidades", "2402 – Transferência Corrente para Região Autónoma de Príncipe - RAP", "2422 - Apoio à Elaboração do Orçamento", "2424 – Pagamento da Dívida Pública", "6043 – Regularização das despesas atrasadas de serviços de telecomunicações", "2417 - Transferência Corrente para Assembleia Nacional", "3176 - Transferência para Funcionamento do Órgão de Recurso", "3178 -Transferência para Funcionamento dos Tribunais", "3376 – Despesas ao abrigo das receitas Consignadas", "2162 – Conclusão de Obras de Construção de Quiosques no Mercado Novo" "5512 - Manutenção, Limpeza e Saneamento de Canais" e "6277 - Reabilitação do Edifício Laboratório da Engenharia Civil".

Na *Educação* (16,9%) foi principalmente pela execução das acções "1001 - Despesa com Pessoal", "2000 – Funcionamento e Manutenção da Unidade", "3840 – Bolsas de Estudo Externa (Licenciatura, Mestrado e Doutoramento)", "5768 – Construção de Liceu", "5775 - Construção de Escola Básica em São Finícia", "5860 - Conclusão de Escola Básica em Agostinho Neto", "6587 – Funcionamento da Faculdade de Ciência e Tecnologia", "6588 - Funcionamento do Instituto Superior de Educação e Comunicação" e "3376 - Despesas ao abrigo das Despesas Consignadas"; *Saúde* (9,6%) pela execução, sobretudo das acções "1001 - Despesa com Pessoal", "2000 – Funcionamento e manutenção da Unidade", "2057 - Saúde Reprodutiva", "5370 - Evacuação dos Doentes da RAP", "3376 - Despesas ao abrigo das Despesas Consignadas", "2478 – Aquisição de reagentes e consumíveis para sistema sanitário" e "1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde", e por último a Defesa Nacional (9,6%) pela execução, principalmente das acções "1001 - Despesa com Pessoal", "3376 – Despesas ao abrigo das receitas consignadas", "2000 – Funcionamento e manutenção da Unidade", "2569 – Subsídios as Autoridades Públicas", "1051 – Participação nas Reuniões no âmbito da CPLP e CEAC" e "1053 – Capacitação do Pessoal".

II.1.3. Por Localização Geográfica

No cômputo da análise da execução das despesas, segundo a localização geográfica (ver Quadro 15), observa-se que, com exceção de Lobata, cujo nível de execução ficou acima do programado em 75,5% da dotação corrigida, ascendendo a 40.505 milhares de Dobras, as demais localizações apresentaram níveis de execução moderado, como são os casos de Nacional com montante executado de 1.241.473 milhares de Dobras, o que corresponde a 40,4% da sua dotação final; seguido da Água – Grande onde a execução foi de 36.095 milhares de Dobras, o equivalente a 31,4% da sua dotação corrigida; depois Caué, cujo montante executado ascendeu a 4.471 milhares de Dobras, correspondente a 29,6% da dotação corrigida; no Príncipe o nível de execução foi de 29,5% da dotação corrigida, tendo o valor executado ascendido a 37.891 milhares de Dobras; em Lembá a execução foi de 4.862 milhares de Dobras, o que corresponde a 19,5% da sua dotação final; Cantagalo com uma execução que ascendeu a 9.653 milhares de Dobras, correspondente a 17,2% da dotação corrigida, e por último, Mé – Zochi em que o montante executado foi de 5.358 milhares de Dobras, o que representa 15,3% da sua dotação final. Também foi observado que a localização São Tomé teve um nível de execução mais baixo com um montante de 5.384 milhares de Dobras, correspondente a 8,4% da dotação corrigida.

Quadro 15: Execução por Localização Geográfica

(em milhares de Dobras)

Localização Geográfica	Dotação Inicial	Dotação Corrigida	Desp. Cabim.	Desp. Liquidada	Desp. Paga	% Exec.	% Estr
Nacional	2 977 701	3 075 678	1 248 344	1 241 473	1 157 199	40,4	89,6
São Tomé	64 334	64 334	5 384	5 384	5 384	8,4	0,4
Príncipe	127 363	128 319	37 905	37 891	37 891	29,5	2,7
Água Grande	106 329	114 934	36 095	36 095	36 095	31,4	2,6
Mé-Zochi	35 727	35 014	5 358	5 358	5 358	15,3	0,4
Cantagalo	45 975	56 149	9 653	9 653	9 653	17,2	0,7
Lembá	23 378	24 966	4 862	4 862	4 862	19,5	0,4
Lobata	35 870	53 667	40 505	40 505	40 505	75,5	2,9
Caué	15 187	15 081	4 471	4 471	4 471	29,6	0,3
Total Geral	3 431 865	3 568 142	1 392 578	1 385 692	1 301 419	38,8	100,0

Fonte: DCP-MPFEA

Em termos de estrutura do total executado, tendo em consideração o critério da regionalização das despesas (cf. Quadro 15), constata-se que 97,8% das despesas encontram-se concentradas no conjunto formado por Nacional, Lobata, Príncipe e Água – Grande. Entretanto, a localização Nacional por si só representa 89,6% do total das despesas executadas, tendo contribuído para o efeito a execução das ações “1001 - Despesa com Pessoal”, “1005 – Transferência para funcionamento da Presidência da República”, “1046 – Missões no exterior”, “2000 - Funcionamento e manutenção da Unidade”, “2002- Manutenção e Funcionamento das Embaixadas”, “2307 – Complemento para manutenção e funcionamento das Unidades”, “2417 – Transferência Corrente para Assembleia Nacional”, “2422 - Apoio à Elaboração do Orçamento”, “2424 – Pagamento da Dívida Pública”, “3176 - Transferência para Funcionamento do Órgão de Recurso”, “3178 – Transferência para funcionamento dos Tribunais”, “2200 - Apoio Institucional ao M.N.E.C.C.”, “3129 - Estudos p/Construção de

Arruamento de Campo de Milho”, “3840 – Bolsas de Estudo externa para Licenciaturas, Mestrados e Doutorado”, “6043 – Regularização das despesas Atrasadas de Serviço de Telecomunicações”, “6574 – Despesas com Coordenação Anual da Juventude da CPLP”, “6587 – Funcionamento da Faculdade de Ciência e Tecnologia”, “3376 – Despesas ao abrigo das receitas Consignadas”, “6607 – Prevenção ao Covid 19”, “2456 – Amortização da Dívida Pública”, “2162 – Conclusão das Obras de Quiosques no Novo Mercado”, “2373 – Apetrecho técnico ao Auditório da RNSTP e Sistema de Tradução”, “2478 – Aquisição de Reagentes e Consumíveis para Sistema Sanitário”, “4993 - Subsídio para Comemoração de 3 de Fevereiro”, “5974 – Construção de Estrada Rio Lima-Gleba / Capela”, “6296 – Requalificação do Arruamento da Cidade Capital e Arredores incluindo Drenagem”, “5775 – Construção de Escola Básica em São Finícia” e “6277 - Reabilitação do Edifício Laboratório da Engenharia Civil”.

Ao nível do Lobata, a execução corresponde a 2,9% do total, onde a contribuição observada deveu-se fundamentalmente pela execução das acções “2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “5531 – Reparação do Lote/Conde/Micoló/Fernão Dias”, “5768 – Construção do Liceu”, “2410 -Transferência Corrente para Câmara Distrital de Lobata”, “3376 – Despesas ao abrigo das receitas Consignadas” e “5976 – Reabilitação do troço de estrada Guadalupe - Morro Peixe”.

Quanto ao nível do Príncipe, esta representa 2,7% na estrutura das despesas executadas, tendo sido impulsionado pela execução das acções “2402 - Transferência corrente para RAP”, “4921 – Requalificação do Edifício da ex Central Eléctrica ” e “5370 – Evacuação dos doentes da RAP”. E no que toca a localização Água – Grande, a contribuição na execução foi de 2,6% na estrutura das despesas executadas, devendo essencialmente pela execução das acções “2405 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Água Grande”, “3945 - Reabilitação de Troços Cruz Mami e Arruamentos (0,7km)”, “4849 - Reabilitação/Construção de Estrada Sporting/Potó-Potó”, “5512 - Manutenção, Limpeza e Saneamento de Canais” e “2404 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Água Grande”.

II.1.4. Por Fonte de Recursos

No que se refere à análise da execução das despesas por fonte de recursos, conforme apresentado no Quadro 16, observa-se que as despesas financiadas com recursos internos situaram-se em 84,7% da dotação corrigida, ascendendo aos 1.173.315 milhares de Dobras, sendo que a componente Recursos Ordinários do Tesouro apresentou um bom desempenho para o período em análise, com uma realização de 58,2%, face a sua dotação corrigida, tendo o valor executado atingido a 1.098.386 milhares de Dobras, a seguir a componente consignados, com uma realização de 69.185 milhares de Dobras (66,6% da dotação corrigida) e por último a componente HIPC com uma execução de 5.744 milhares de Dobras, representando deste modo 24,7% da dotação final.

Relativamente às despesas efectuadas com recursos externos, dispuseram em 13,7% da dotação corrigida, ascendendo aos 212.378 milhares de Dobras, sendo que a componente Donativo teve uma realização de 14,6%

relativamente a dotação corrigida, elevando-se ao montante de 212.378 milhares de Dobras, fruto de uma baixa realização das acções inscritas na referida componente desta fonte de recurso.

Quadro 16: Execução por Fonte de Recursos

(em milhares de Dobras)

Fonte de Recurso	Dotação Inicial	Dotação Corrigida	Desp. Cabim.	Desp. Liquidada	Desp. Paga	% Exec.	% Estr
Financiamento Interno	1 950 741	2 015 303	1 180 200	1 173 315	1 089 382	58,2	84,7
Tesouro	1 827 732	1 888 169	1 105 233	1 098 386	1 014 454	58,2	93,6
Consignados	99 793	103 918	69 222	69 185	69 184	66,6	5,9
HIPC	23 216	23 216	5 744	5 744	5 744	24,7	0,5
Financiamento Externo	1 481 124	1 552 839	212 378	212 378	212 037	13,7	15,3
Donativo	1 373 726	1 456 441	212 378	212 378	212 037	14,6	100,0
Empréstimo	107 398	96 398	-	-	-	0,0	0,0
Total Geral	3 431 865	3 568 142	1 392 578	1 385 692	1 301 419	38,8	100,0

Fonte: DCP-MPFEA

Examinando o Quadro 16, observa-se que 84,7% das despesas executadas foram financiadas com recursos internos, sendo na sua maioria os recursos do Tesouro com 93,6% de contribuição, destacando-se a execução das acções “1001 – Despesas com Pessoal”, “1005 -Transferência para Funcionamento da Presidência da República”, “2000 – Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “2307 - Complemento p/ Manutenção e Funcionamento das Unidades”, “2402 - Transferência Corrente para a Região Autónoma de Príncipe - RAP”, “2417 - Transferência Corrente para Assembleia Nacional”, “2422 - Apoio à Elaboração do Orçamento”, “2424 - Pagamento da Dívida Pública”, “3176 - Transferência para Funcionamento do Órgão de Recurso”, “3178 - Transferência para Funcionamento dos Tribunais”, “3840 – Bolsas de Estudo Externas (Licenciatura, Mestrado e Doutoramento)”, “5355 - Transferência Correntes para IMAP”, “5370 - Evacuação dos Doentes da RAP”, “6043 - Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço de Telecomunicação”, “6069 - Transferência para Funcionamento do Tribunal Constitucional”, “6588 - Funcionamento do Instituto Superior de Educação e Comunicação”, “6607 - Prevenção ao COVID 19”, “2456 - Amortização da Dívida Pública” e “4993 - Subsídio para Comemoração de 3 de Fevereiro”.

Quanto a análise das despesas financiadas com recursos externos, dos 15,3% das despesas executadas com esses recursos, verifica - se que a componente Donativo abarcou a totalidade das despesas a nível de estrutura, com destaque para a execução das acções “2162 - Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado”, “2200 - Apoio Institucional ao M.N.E.C.C.”, “2405 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Água Grande”, “3129 – Estudos p/Construção de Arruamento de Campo de Milho”, “3945 - Reabilitação de Troços Cruz Mami e Arruamentos (0,7km)”, “4982 – Construção de Jardim de Infância em Ribeira Peixe”, “5268 - Programa de Reforço das Capac. Melhoria Func. Dos Serviços”, “5531 - Requalificação/Lote Conde/Micoló/Fernão Dias”, “5768 – Construção do Liceu”, “5775 - Construção de Escola Básica em São Finícia”, “5974 – Construção de Estrada Penha -Lixeira /Água Porca”, “5976 – Reabilitação de Troço de Estrada Guadalupe/Morro -Peixe”, “6277 - Reabilitação do Edifício Laboratório da Engenharia Civil” e “6296 - Requalificação dos Arruamento da Cidade Capital e Arredores Incl Drenagem”.

II.1.5. Por Tipologia de Despesas

A análise da execução das despesas por tipologia no primeiro semestre de 2020, conforme o Quadro 17, mostra que as despesas Consignadas e Actividades (correspondem as despesas de funcionamento) tiveram uma execução acima da dotação corrigida (cerca de 68,5% e 59,0%), sendo por parte das consignadas, justificada pela incorporação de despesas de diversos serviços da Administração Central do Estado que se encontram nos Bancos Comerciais, como anteriormente mencionado na Apreciação Global. Entretanto, a tipologia da despesa Operações Especiais (relativas a Amortização da Dívida Pública, ou seja, correspondem as despesas financeiras que constam no TOFE), teve também a execução acima para o período em análise, face à respectiva dotação corrigida, com respectivamente 53,0%.

De salientar, que a execução na tipologia de Projectos, cuja execução representam exclusivamente as despesas de índole corrente de natureza contínua, consta uma execução mais modesta, atingindo 223.493 milhares de Dobras, o que representa 14,0% da dotação corrigida que reflectem as despesas relativamente com: Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde, com 8.763 milhares de Dobras, Pagamento de Quotas aos Organismos Internacionais, com 2.594 milhares de Dobras, Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado, com 12.489 milhares de Dobras, Aquisição de Reagentes e Consumíveis para Sistema Sanitário, com 12.131 milhares de Dobras, Reabilitação de Troços de Estradas, com 5.988 milhares de Dobras e Reabilitação das Pontes sobre o Rio Água Grande, com 11.924 milhares de Dobras.

Quadro 17: Execução por Tipologia Despesas

(em milhares de Dobras)

Tipologia	Dotação Inicial	Dotação Corrigida	Desp. Cabim.	Desp. Liquidada	Desp. Paga	% Exec.	% Estr
Actividades	1 646 112	1 706 549	1 014 157	1 007 309	923 377	59,0	72,7
Consignadas	96 823	100 948	69 222	69 185	69 184	68,5	5,0
Operações Especiais	161 602	161 602	85 706	85 706	85 706	53,0	6,2
Projectos	1 527 328	1 599 043	223 493	223 493	223 152	14,0	16,1
Total Geral	3 431 865	3 568 142	1 392 578	1 385 692	1 301 419	38,8	100,0

Fonte: DCP-MPFEA

Em termos de estrutura das despesas totais (1.385.692 milhares de Dobras), o destaque recai na tipologia de despesa Actividades que representa por si só 72,7% do total executado no ano em apreço e em seguida a tipologia Projectos com uma contribuição cifrada em 16,1% do total executado no mesmo período do ano.

II.2. Alterações Orçamentais

O presente ponto vem no cumprimento do estabelecido no n.º 5 do artigo 16.º da Lei n.º 1/2020, de 17 de Janeiro (Lei que aprova o Orçamento Geral do Estado para o ano 2020), que obriga o Governo a prestar semestralmente a Assembleia Nacional, as informações relativas as alterações orçamentais ocorridas ao longo da execução orçamental, bem como as suas respectivas justificações. Assim, apresenta-se a análise das alterações orçamentais segundo as classificações: orgânica, funcional, por localização geográfica, por fontes de recursos e por tipologia de despesas.

Por conseguinte, a Lei n.º 1/2020, de 17 de Janeiro, no seu artigo n.º 16 coadjuvado com o artigo n.º 35 da Lei n.º 3/2007, de 12 de Fevereiro estabelece o perímetro das alterações orçamentais para o ano 2020. Para além desses articulados, o n.º 1 do artigo 9.º da Lei que aprova o Orçamento do Estado para presente ano concede ao Governo, através do MPFEA, a prerrogativa de quando necessário, tomar medidas necessárias à rigorosa contenção de despesas públicas e ao controlo da sua eficiência e eficácia, de modo a atingir o saldo primário previsto.

É desta forma que atendendo o ritmo de arrecadação de receitas observadas ter permanecido aquém do esperado, levando a revisão em baixa das estimativas de receitas para 2020, foram tomadas medidas de contenção das despesas de modo a permitir o cumprimento do saldo primário previsto, evitando a deterioração dos indicadores macroeconómicos, reflectidos no programa apoiado pelo FMI.

Assim, através do Despacho n.º 24/2018, de 13 de Abril, do Gabinete do MPFEA determinou-se que (i) as dotações orçamentais destinadas às aquisições de bens e serviços são bloqueadas em 30% e, restringido as despesas somente ao nível dos consumíveis estritamente indispensáveis a manutenção dos serviços; (ii) as transferências orçamentais destinadas aos Serviços e Fundos Autónomos, ao Governo Regional e Local, são mantidas ao nível do montante executado no ano anterior e, (iii) no âmbito do programa de investimentos públicos, fica suspensa a execução de projectos dotados com financiamento interno, que concorrem para a deterioração do saldo primário.

No cômputo geral, a diferença entre a dotação inicial e a dotação final, no montante de 136.277 milhares de Dobras, correspondente a um acréscimo de 4,0%, é justificado, por um lado, pelo Bloqueio de Dotação ocorridos ao nível das despesas de funcionamento (actividades) e por outro, pela dotação adicional relativas as despesas de investimentos (projectos) financiadas com recursos internos e as despesas consignadas aos recursos dos sectores que arrecadam receitas próprias, no estrito cumprimento do n.º 6 do artigo 16.º da Lei n.º 1/2020.

II.2.1. Por Classificação Orgânica

Ao analisar as alterações orçamentais por classificação orgânica, conforme apresentado no Quadro 18, verifica – se que seis (6) órgãos tiveram diminuição na sua dotação inicial, excepto Encargos Gerais do Estado (EGE),

Câmara Distrital de Cantagalo (CDDG), Ministério das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente (MOPIRNA), o Tribunal Constitucional (TCO), Ministério da Juventude, Desporto e Empreendedorismo (MJDE), Tribunal de Contas (TC), Ministério de Educação e Ensino Superior (MEES), Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul (MPFEA), Procuradoria -Geral da República (PGR), Gabinete de Primeiro Ministro (GPM), Câmara Distrital de Lembá (CDLMB) e Ministério de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural (MAPDR), onde foi verificado aumento. Entretanto, das que tiveram diminuição destacam-se as alterações ocorridas no Ministério de Negócio Estrangeiro e Comunidade (MNEC), Ministério da Defesa e Ordem Interna (MDOI), Ministério da Saúde (MS), Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos (MJAPDH), Ministério Turismo, Cultura, Comércio e Indústria (MTCCI) e Ministério Trabalho, Solidariedade, Família e Formação Profissional (MTSFFP), que resultaram em redução das respectivas dotações iniciais, em 0,5%, 1,1%, 1,3%, 2,1%, 3,8% e 5,0% respectivamente. Salienta-se que nos restantes organismos não foram verificadas alterações.

Quadro 18: Alteração Orçamental de Despesas por Classificação Orgânica

(em milhares de Dobras)

Órgãos	Inicial	Adicional	Reforço	Anulação	Cativação	Alteração	Corrigida	% Var.	% Estr.
AN	130 877	0	0	0	0	0	130 877	0,0	3,7
TC	38 789	2 803	0	0	1 687	1 116	39 905	2,9	1,1
TCO	5 200	0	257	0	0	257	5 457	4,9	0,2
TJ	43 778	0	0	0	0	0	43 778	0,0	1,2
PR	14 667	0	0	0	0	0	14 667	0,0	0,4
GPM	58 678	3 149	- 1 672	0	1 178	299	58 976	0,5	1,7
PGR	25 095	3 028	- 1 340	0	1 528	160	25 255	0,6	0,7
MDOI	222 215	1 907	- 4 374	0	0	-2 467	219 748	-1,1	6,2
MNEC	157 461	4 755	- 2 725	0	2 844	-815	156 647	-0,5	4,4
MJAPDH	60 951	798	- 1 172	0	894	-1 268	59 683	-2,1	1,7
MTSFFP	60 609	0	- 3 056	0	0	-3 056	57 553	-5,0	1,6
MPFEA	177 991	9 050	- 6 291	0	329	2 430	180 420	1,4	5,1
MTCCI	39 815	3 920	- 1 510	0	3 915	-1 505	38 310	-3,8	1,1
MEES	538 929	24 284	- 7 010	0	2 969	14 305	553 234	2,7	15,5
MOPIRNA	533 152	81 158	- 957	0	50 594	29 607	562 759	5,6	15,8
MS	401 337	5 025	- 7 168	0	3 146	-5 290	396 048	-1,3	11,1
MJDE	61 730	6 715	39	0	4 468	2 286	64 016	3,7	1,8
MAPDR	188 706	9 850	- 1 578	0	8 045	227	188 933	0,1	5,3
GRP	122 175	0	0	0	0	0	122 175	0,0	3,4
CDAG	16 123	0	0	0	0	0	16 123	0,0	0,5
CDCG	8 325	1 000	0	0	0	1 000	9 325	12,0	0,3
CDCAUÉ	6 375	0	0	0	0	0	6 375	0,0	0,2
CDLMB	7 933	36	0	0	0	36	7 969	0,5	0,2
CDLOBTA	11 620	1 000	0	0	1 000	0	11 620	0,0	0,3
CDMZ	11 519	0	0	0	0	0	11 519	0,0	0,3
EGE	487 815	62 183	38 558	0	1 786	98 955	586 769	20,3	16,4
Total Geral	3 431 865,00	220 660	0	0	84 384	136 277	3 568 142	4,0	100,0

Fonte: DCP-MPFEA

Entretanto, como mencionado acima os órgãos como Encargos Gerais do Estado (EGE), teve um incremento da dotação, em 98.955 milhares de Dobras, correspondentes as acções “6043 - Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço de Telecomunicação”, “6607 - Prevenção ao COVID 19” e “2524 - Exercícios Findos”; Câmara Distrital de Cantagalo (CDCG) com incremento da dotação de 1.000 milhares de Dobras, devido a inscrição da acção “2409 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Cantagalo”; para o Ministério das Obras Públicas, Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente (MOPIRNA), o incremento da dotação foi de

29.607 milhares de Dobras, devido a registo das acções "2162 - Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado", "2946 - Reabilitação de Troços de Estradas", "3129 - Estudos p/Construção de Arruamento de Campo de Milho", "3151 - Reabilitação das Pontes sobre o Rio Água Grande", "3872 - Projecto de Reab.Sist.Abas.Água Santana e Arredores", "3945 - Reabilitação de Troços Cruz Mami e Arruamentos (0,7km) ", "4849 - Reabilitação/Construção de Estrada Sporting/Potó-Potó", "5531 - Requalificação/Lote Conde/Micolo/Fernão Dias", "5974 - Construção de Estrada Penha-Lixeira/Água Porca", "5976 - Reabilitação de Troço de Estrada Guadalupe/Morro-Peixe", "6277- Reabilitação do Edifício Laboratório da Engenharia Civil" e "6296 - Requalificação dos Arruamento da Cidade Capital e Arredores Incl Drenagem"; no Tribunal Constitucional (TCO) verificou -se incremento da dotação de 257 milhares de Dobras, pela inscrição da acção "6069 - Transferência para Funcionamento do Tribunal Constitucional"; Ministério da Juventude, Desporto e Empreendedorismo (MJDE) o aumento da dotação foi de 2.286 milhares de Dobras, nas acções "1001 - Despesa com Pessoal", "6010 - Comemoração de 12 de Março Desportivo", "6067 - Melhoria de Polidesportivo (Balneários e Bancadas) " e "6251 - Construção de Polidesportivo"; para Tribunal de Contas (TC) o aumento da dotação foi no valor de 1.116 milhares de Dobras, na acção "4825 - Aquisição de aparelhos AC e equip. Informáticos e escritório"; o Ministério de Educação e Ensino Superior (MEES), que apresentou um incremento da sua dotação em 14.305 milhares de Dobras, devido a inscrição das acções "1001 - Despesa com Pessoal", "6588 - Funcionamento do Instituto Superior de Educação e Comunicação", "3833 - Reabilitação das Infra-estruturas Escolares", "3836 - Construção de Jardim de Infância em Bobo Forro e Milagrosa", "4985 - Conclusão do Edifício da DAE", "5768 - Construção do Liceu", "6462 - Ampliação da Escola Secundária em Diogo Simão" e "6472 - Construção do Jardim de Infância em Monte Macaco" e "6529 - Construção de Liceu em Cantagalo"; Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul (MPFEA), com 2.430 milhares de Dobras, correspondentes ao incremento da dotação das acções "3376 – Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas", "1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde" e "6364 – Promoção dos Investimentos Estrangeiros"; no Procuradoria -Geral da República (PGR), o aumento da dotação foi de 160 milhares de Dobras, nas acções como "1001 - Despesa com Pessoal" e "5380 - Aquisição de Meios para Ministério Público"; Gabinete de Primeiro Ministro (GPM), o incremento foi de 299 milhares de Dobras, devido a seguinte acção: "5371 - Aquisição de Links de Transmissão RNSTP/TVS; Câmara Distrital de Lembá (CDLMB) com 36 milhares de Dobras, correspondentes ao incremento da dotação da acção "5647 – Construção de via de acesso de Bairro de Água Tomá" e por último, o Ministério de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural (MAPDR) que viu a sua dotação aumentar em 227 milhares de Dobras devido a inscrição da acção "3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas", "3882 - Programa de Extensão Rural" e "5268 - Programa de Reforço das Capac. Melhoria Func. Dos Serviços".

Relativamente a alteração Adicional que apresenta um montante de 220.660 milhares de Dobras, observa - se uma maior ocorrência, sobretudo, nos órgãos como MOPIRNA no montante de 81.158 milhares de Dobras, devido a inscrição dos projectos "2162 - Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado", "2923 - GIME - Manutenção Corrente de Estradas", "3129 - Estudos p/Construção de Arruamento de Campo de Milho", "3151 - Reabilitação das Pontes sobre o Rio Água Grande", "3872 - Projecto de Reab.Sist.Abas.Água Santana e Arredores", "4849 - Reabilitação/Construção de Estrada Sporting/Potó-Potó", "5531 - Requalificação/Lote Conde/Micoló/Fernão Dias", "5973 - Construção de Estrada Rio Lima-Gleba/Capela", "5974 -

Construção de Estrada Penha-Lixeira/Água Porca”, “5976 - Reabilitação de Troço de Estrada Guadalupe/Morro-Peixe” e “6277- Reabilitação do Edifício Laboratório da Engenharia Civil”; em seguida o EGE com cerca de 62.183 milhares de Dobras, referente a inscrição dos projectos “6607 - Prevenção ao COVID 19” e “2524 - Exercícios Findos”; depois vem o MEES com 24.284 milhares de Dobras, devido a inscrição dos projectos “3833 - Reabilitação das Infra-estruturas Escolares”, “3835 - Construção de Jardim de Infância de Mesquita (fase II)”, “3836 - Construção de Jardim de Infância em Bobo Forro e Milagrosa”, “4982 - Construção de Jardim de Infância na Ribeira Peixe”, “4985 - Conclusão do Edifício da DAE”, “5775 - Construção de Escola Básica em São Finícia” e “5860 - Conclusão de Escola Básica em Agostinho Neto”; posteriormente o MAPDR com cerca de 9.850 milhares de Dobras, referente a inscrição dos projectos “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”, “3882 - Programa de Extensão Rural”, “4831 - Projecto de Abastecimento de Insumos Agrícolas”, “5268 - Programa de Reforço das Capac. Melhoria Func. Dos Serviços”, “5922 - Programa de Promoção de Pesca Artesanal”, “6169 - Requalificação das Casas de Comboio nas Comunidades Agrícolas” e “6498 - Reabilitação das Infraestruturas do MAPDR” e por fim, MPFEA em cerca de 9.050 milhares de Dobras, referente a inscrição do projecto “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”, “1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde” e “6364 - Promoção dos Investimentos Estrangeiros”.

Por sua vez, as alterações de Reforços e Anulações, ambas, registaram um valor nulo, apesar de terem sido registados reforços positivos no EGE, TCO e MJDE, respectivamente, nos montantes de 38.558 milhares de Dobras, 257 milhares de Dobras e 39 milhares de Dobras de incremento, tendo também registado reforços negativos nos organismos em destaque como MS (7.168 milhares de Dobras), MEES (7.010 milhares de Dobras), MPFEA (6.291 milhares de Dobras), MDOI (4.374 milhares de Dobras), MTSFFP (3.056 milhares de Dobras), MNEC (2.725 milhares de Dobras), GPM (1.672 milhares de Dobras), MAPDR (1.578 milhares de Dobras), MTCCI (1.510 milhares de Dobras), PGR (1.340 milhares de Dobras), MJAPDH (1.172 milhares de Dobras) e MOPIRNA (957 milhares de Dobras). É de realçar que o reforço negativo deve-se a retirada da verba de um órgão para outro.

II.2.2. Por Classificação Funcional

Relativamente às alterações orçamentais por classificação funcional, como apresentado no Quadro 19, realça-se a diminuição da dotação em duas (2) funções como: Saúde (357 milhares de Dobras) e Cultura e Desporto (1.629 milhares de Dobras), que correspondem a respectivamente menos 0,1% e 2,5% das respectivas dotações iniciais.

Entretanto, comportamento contrário teve as restantes funções, sendo a destacar, a função Segurança e Assistência Social que registou um aumento da sua dotação em 55,7%, que ascende a 115.956 milhares de Dobras, devido exclusivamente a inscrição dos projectos “6350 - Conclusão das Obras de Construção da Sede dos Taxistas em Palmar” e “6453 - Obras de Reabilitação e Instalações (Construção de Infraestruturas judiciais)”, em seguida Transporte e Comunicação que registou um aumento da sua dotação em 8,0%, que ascende a 397.052 milhares de Dobras, devido exclusivamente a inscrição dos projectos “2946 - Reabilitação de Troços de Estradas”, “3129 - Estudos p/Construção de Arruamento de Campo de Milho”, “3151 - Reabilitação das Pontes

sobre o Rio Água Grande”, “3945 - Reabilitação de Troços Cruz Mami e Arruamentos (0,7km)”, “4849 - Reabilitação/Construção de Estrada Sporting/Potó-Potó”, “5531 - Requalificação/Lote Conde/Micoló/Fernão Dias”, “5974 - Construção de Estrada Penha-Lixeira/Água Pórca”, “5976 - Reabilitação de Troço de Estrada Guadalupe/Morro-Peixe” e “6296 - Requalificação dos Arruamentos da Cidade Capital e Arredores Incl Drenagem”, depois a função Combustíveis e Energia que registou um aumento da sua dotação em 4,5%, que ascende a 124.772 milhares de Dobras, devido exclusivamente a inscrição do projecto “3872 - Projecto de Reab. Sist. Abas. Água Santana e Arredores - Fase I”, posteriormente Serviços Públicos Gerais que registou um incremento da dotação de 4,0%, o equivalente a 1.264.589 milhares de Dobras, devido essencialmente a inscrição das actividades e dos projectos “2569 - Subsídios às Autoridades Públicas”, “6043 - Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço de Telecomunicação”, “6069 - Transferência para Funcionamento do Tribunal Constitucional”, “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”, “2162 - Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado”, “2200 - Apoio Institucional ao M.N.E.C.C.”, “2524 - Exercícios Findos”, “2843 - Construção de Novo Edifício - Ampliação do MNECC”, “3185 - Construção de Casas para Acolhimento de Doentes e Associados”, “4825 - Aquisição de aparelhos AC e equip. Informáticos e escritório”, “4939 - Requalificação das Praias de S. Tomé e Príncipe”, “4985 - Conclusão do Edifício da DAE”, “5371 - Aquisição de Links de Transmissão RNSTP/TVS”, “5380 - Aquisição de Meios para o Ministério Público”, “6277 - Reabilitação do Edifício Laboratório da Engenharia Civil”, “6300 - Aparelhos do Novo Edifício MNEC” e “6364 - Promoção dos Investimentos Estrangeiros”, e por último, a função Educação com um aumento da dotação de 1,8% que ascende a 540.772 milhares de Dobras, devido exclusivamente a inscrição das actividades e dos projectos “1001 - Despesa com Pessoal”, “6588 - Funcionamento do Instituto Superior de Educação e Comunicação”, “3833 - Reabilitação das Infra-estruturas Escolares”, “3836 - Construção de Jardim de Infância em Bôbô Fôrro e Milagrosa”, “5768- Construção do Liceu”, “6462 - Ampliação da Escola Secundária em Diogo Simão” “6472 - Construção do Jardim de Infância em Monte Macaco” e “6529 - Construção de Liceu em Cantagalo”.

Quadro 19: Alteração Orçamental de Despesas por Classificação Funcional

(em milhares de Dobras)

Função	Inicial	Adicional	Reforço	Anulação	Cativação	Alteração	Corrigida	% Var.	% Estr.
Serviços Públicos Gerais	1 215 804	39 173	24 313	0	14 701	48 785	1 264 589	4,0	35,4
Defesa Nacional	195 473	451	174	0	0	277	195 750	0,1	5,5
Segurança Interna e Ordem Pública	25 698	1 456	754	0	394	308	26 006	1,2	0,7
Educação	530 959	19 792	7 010	0	2 969	9 813	540 772	1,8	15,2
Saúde	378 379	9 958	7 168	0	3 146	-357	378 023	-0,1	10,6
Segurança e Assistência Social	74 467	61 235	19 246	0	500	41 489	115 956	55,7	3,2
Habitação e Serviços Comunitários	49 807	0	0	0	0	0	49 807	0,0	1,4
Cultura e Desporto	64 757	6 715	39	0	8 383	-1 629	63 128	-2,5	1,8
Combustíveis e Energia	119 422	16 351	0	0	11 000	5 351	124 772	4,5	3,5
Agricultura e Pesca	183 497	9 850	0	0	8 045	1 805	185 302	1,0	5,2
Transportes e Comunicações	367 653	53 644	10 000	0	34 245	29 399	397 052	8,0	11,1
Comércio e Serviços	809	0	0	0	0	0	809	0,0	0,0
Trabalho	3 058	0	0	0	0	0	3 058	0,0	0,1
Ambiente	3 212	0	0	0	0	0	3 212	0,0	0,1
Encargos Financeiros	218 869	2 036	0	0	1 000	1 036	219 905	0,5	6,2
Total Geral	3 431 865	220 660	0	0	84 384	136 277	3 568 142	4,0	100,0

Fonte:DCP-MPFEA

No âmbito das alterações de Adicional, estas foram mais expressivas nas funções Segurança e Assistência Social, no valor de 61.235 milhares de Dobras, pelo aumento das acções “6607 - *Prevenção ao COVID 19*” e “6453 - *Obras de Reabilitação e Instalações (Construção de Infraestruturas judiciais)*”; Transporte e Comunicação (ascende a 53.644 milhares de Dobras), justificado exclusivamente pela inscrição dos projectos “3129 - *Estudos p/Construção de Arruamento de Campo de Milho*”, “3151 - *Reabilitação das Pontes sobre o Rio Água Grande*”, “4849 - *Reabilitação/Construção de Estrada Sporting/Potó-Potó*”, “5531 - *Requalificação/Lote Conde/Micoló/Fernão Dias*”, “5974 - *Construção de Estrada Penha-Lixeira/Água Pórcia*” e “5976 - *Reabilitação de Troço de Estrada Guadalupe/Morro-Peixe*; em seguida Serviços Públicos Gerais no valor de 39.173 milhares de Dobras, justificado pelo incremento dos projectos “3376 - *Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas*”, “2162 - *Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado*”, “2200 - *Apoio Institucional ao M.N.E.C.C.*”, “2524 - *Exercícios Findos*”, “2843 - *Construção de Novo Edifício - Ampliação do MNECC*”, “3185 - *Construção de Casas para Acolhimento de Doentes e Associados*”, “4825 - *Aquisição de aparelhos AC e equip. Informáticos e escritório*”, “4939 - *Requalificação das Praias de S. Tomé e Príncipe*”, “4985 - *Conclusão do Edifício da DAE*”, “5371 - *Aquisição de Links de Transmissão RNSTP/TVS*”, “5380 - *Aquisição de Meios para Ministério Público*”, “6277 - *Reabilitação do Edifício Laboratório da Engenharia Civil*”, “6300 - *Apetrechos do Novo Edifício MNEC*” e “6364 - *Promoção dos Investimentos Estrangeiros*”; na função Educação, no valor de 19.792 milhares de Dobras, pelo aumento dos projectos “3833 - *Reabilitação das Infra-estruturas Escolares*”, “3836 - *Construção de Jardim de Infância em Bôbô Fôrro e Milagrosa*” e “6529 - *Construção de Liceu em Cantagalo*” e por último, Combustíveis e Energia (ascende a 16.351 milhares de Dobras), devido a inscrição do projecto “3872 - *Projecto de Reab. Sist. Abas. Água Santana e Arredores - Fase I*”.

II.2.3. Por Localização Geográfica

De acordo com o Quadro 20, relativo às alterações orçamentais por localização geográfica, observa-se que as mesmas traduziram num aumento de dotação inicial nas localizações Lobata em 49,6%, correspondente a 53.667 milhares de Dobras, decorrente dos projectos “5531 - *Requalificação/Lote Conde/Micoló/Fernão Dias*”, “5768 - *Construção do Liceu*” e “5976 - *Reabilitação de Troço de Estrada Guadalupe/Morro-Peixe*”; Cantagalo com 22,1%, correspondente a mais 56.149 milhares de Dobras, decorrente exclusivamente da inscrição dos projectos “2409 - *Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Cantagalo*” e “3872 - *Projecto de Reab.Sist.Abas.Água Santana e Arredores*”; Água – Grande com 8,1%, equivalente a mais 114.934 milhares de Dobras, decorrente exclusivamente da inscrição dos projectos “3945 - *Reabilitação de Troços Cruz Mami e Arruamentos (0,7km)*” e “4849 - *Reabilitação/Construção de Estrada Sporting/Potó-Potó*”; Lembá em 6,8%, correspondente a mais 24.966 milhares de Dobras, decorrente unicamente da inscrição dos projectos “5647 - *Construção de via de acesso de Bairro de Água Tomá*” e “6453 - *Obras de Reabilitação e Instalações (Construção de Infraestruturas judiciais)*” e finalmente Nacional com 3,3%, correspondente a mais 3.075.678 milhares de Dobras, decorrente fundamentalmente da inscrição das actividades e dos projectos “2569 - *Subsídios às Autoridades Públicas*”, “6043 - *Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço de Telecomunicação*”, “6069 - *Transferência para Funcionamento do Tribunal Constitucional*”, “6588 - *Funcionamento do Instituto Superior de Educação e Comunicação*”, “6607 - *Prevenção ao COVID 19*”, “3376 - *Despesas ao Abrigo das Receitas*

Consignadas”, “1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde”, “2162 - Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado”, “2200 - Apoio Institucional ao M.N.E.C.C.”, “2340 - Assistência Infantil e Imunização”, “2524 - Exercícios Findos”, “2843 - Construção de Novo Edifício - Ampliação do MNECC”, “2946 - Reabilitação de Trocos de Estradas”, “3129 - Estudos p/Construção de Arruamento de Campo de Milho”, “3151 - Reabilitação das Pontes sobre o Rio Água Grande”, “3185 - Construção de Casas para Acolhimento de Doentes e Associados”, “3833 - Reabilitação das Infra-estruturas Escolares”, “3836 - Construção de Jardim de Infância em Bôbô Fôrro e Milagrosa”, “3882 - Programa de Extensão Rural”, “4825 - Aquisição de aparelhos AC e equip. Informáticos e escritório”, “4939 - Requalificação das Praias de S. Tomé e Príncipe”, “4985 - Conclusão do Edifício da DAE”, “5268 - Programa de Reforço das Capac. Melhoria Func. Dos Serviços”, “5371 - Aquisição de Links de Transmissão RNSTP/TVS”, “5380 - Aquisição de Meios para Ministério Público”, “5974 - Construção de Estrada Penha-Lixeira/Água Porca”, “6010 - Comemoração de 12 de Março Desportivo”, “6067 - Melhoria de Polidesportivo (Balneários e Bancadas)”, “6251 - Construção de Polidesportivo”, “6277 - Reabilitação do Edifício Laboratório da Engenharia Civil”, “6296 - Requalificação dos Arruamento da Cidade Capital e Arredores Incl Drenagem”, “6300 - Aparelhos do Novo Edifício MNEC”, “6350 - Conclusão das Obras de Construção da Sede dos Taxistas em Palmar”, “6364 - Promoção dos Investimentos Estrangeiros”, “6462 - Ampliação da Escola Secundária em Diogo Simão” e “6472 - Construção do Jardim de Infância em Monte Macaco”.

Quadro 20: Alteração Orçamental de Despesas por Localização Geográfica

(em milhares de Dobras)

Localização	Inicial	Adicional	Reforço	Anulação	Cativação	Alteração	Corrigida	% Var.	% Estr.
Nacional	2 977 701	174 073	- 15 954	0	60 142	97 976	3 075 678	3,3	86,2
São Tomé	64 334	0	0	0	0	0	64 334	0,0	1,8
Príncipe	127 363	1 456	0	0	500	956	128 319	0,8	3,6
Água Grande	106 329	2 979	14 550	0	8 924	8 605	114 934	8,1	3,2
Mé-Zochi	35 727	0	0	0	713	-713	35 014	-2,0	1,0
Cantagalo	45 975	21 174	0	0	11 000	10 174	56 149	22,1	1,6
Lembá	23 378	834	754	0	0	1 588	24 966	6,8	0,7
Lobata	35 870	19 081	1 820	0	3 104	17 796	53 667	49,6	1,5
Caué	15 187	1 064	- 1 170	0	0	-106	15 081	-0,7	0,4
Total Geral	3 431 865	220 660	0	0	84 384	136 277	3 568 142	4,0	100,0

Fonte: DCP-MPFEA

Atento ao quadro acima, verifica – se que duas (2) localizações registaram diminuição, sendo Caué e Mé-Zóchi, em respectivamente 0,7% e 2,0%. A redução ocorrida em Caué deve-se exclusivamente a diminuição da dotação do projecto “6533 - Construção de Liceu em Angolares” e em Mé-Zóchi a redução ocorrida foi na dotação da Actividade “5775 - Construção de Escola Básica em São Finícia”.

II.2.4. Por Fonte de Recursos

No que concerne à análise das alterações orçamentais das despesas por fonte de recursos, como apresentado através do Quadro 21, observa-se que as mesmas resultaram no incremento de dotação das despesas financiadas com recursos externos em 4,8%, como consequência do aumento da componente Donativos em

6,0%, tendo as financiadas com créditos sofrido uma diminuição de 10,2% do inicialmente aprovado. Por outro lado, as financiadas com recursos internos também conheceram um ligeiro aumento de 3,3%, face ao inicialmente aprovado, sendo na sua maioria as financiadas com recursos consignados, que viu a sua dotação aumentar em 4.125 milhares de Dobras, o correspondente a mais 4,1%. Já as financiadas com Tesouro, conheceram aumento na dotação de 60.437 milhares de Dobras, correspondente a mais 3,3%. Quanto as despesas financiadas com recursos HIPC, as mesmas mantiveram inalteráveis.

Quadro 21: Alteração Orçamental de Despesas por Fonte de Recursos
(em milhares de Dobras)

Fonte de Recursos	Inicial	Adicional	Reforço	Anulação	Cativação	Alteração	Corrigida	% Var.	% Estr.
Financiamento Interno	1 950 741	64 562	0	0	0	64 562	2 015 303	3,3	56,5
Tesouro	1 827 732	60 437	0	0	0	60 437	1 888 169	3,3	52,9
Consignados	99 793	4 125	0	0	0	4 125	103 918	4,1	2,9
HIPC	23 216	0	0	0	0	0	23 216	0,0	0,7
Financiamento Externo	1 481 124	156 098	0	0	84 384	71 715	1 552 839	4,8	43,5
Donativo	1 373 726	156 098	0	0	73 384	82 715	1 456 441	6,0	40,8
Empréstimo	107 398	0	0	0	11 000	-11 000	96 398	-10,2	2,7
Total Geral	3 431 865	220 660	0	0	84 384	136 277	3 568 142	4,0	100,0

DCP-MPFEA

Importa ainda frisar que as alterações ocorridas na fonte de Financiamento Interno estão relacionadas, sobretudo com a operação Adicional, na componente Recursos Ordinários do Tesouro e na componente Consignada. Já ao nível dos reforços e anulação as mesmas compensaram entre si, mantendo - se inalteradas (sem realização). Entretanto, ao nível desta fonte de Financiamento destaca-se o aumento da dotação das seguintes acções: “2569 - Subsídios às Autoridades Públicas”, “6043 - Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço de Telecomunicação”, “6069 - Transferência para Funcionamento do Tribunal Constitucional”, “6588 - Funcionamento do Instituto Superior de Educação e Comunicação”, “6607 - Prevenção ao COVID 19” e “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”.

No que concerne a fonte de Financiamento externo, o aumento verificado em Donativos está relacionado com a dotação adicional realizada na sua maioria pela inscrição ou aumento de dotação dos seguintes projectos “1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde”, “2162 - Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado”, “2200 - Apoio Institucional ao M.N.E.C.C.”, “2340 - Assistência Infantil e Imunização”, “2409 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Cantagalo”, “2524 - Exercícios Findos”, “2843 - Construção de Novo Edifício - Ampliação do MNECC”, “2946 - Reabilitação de Trocos de Estradas”, “3129 - Estudos p/Construção de Arruamento de Campo de Milho”, “3151 - Reabilitação das Pontes sobre o Rio Água Grande”, “3833 - Reabilitação das Infra-estruturas Escolares”, “3836 - Construção de Jardim de Infância em Bobo Forro e Milagrosa”, “3872 - Projecto de Reab. Sist. Abas. Água Santana e Arredores”, “3882 - Programa de Extensão Rural”, “3945 - Reabilitação de Troços Cruz Mami e Arruamentos (0,7km)”, “3975 - Reabilitação do edifício do Comando Regional do Príncipe”, “4825 - Aquisição de aparelhos AC e equip. Informáticos e escritório”, “4939 - Requalificação das Praias de S. Tomé e Príncipe”, “4985 - Conclusão do Edifício da DAE”, “5371 - Aquisição de Links de Transmissão RNSTP/TVS”, “5380 - Aquisição de Meios para Ministério Público”, “5531 -

Requalificação/Lote Conde/Micoló/Fernão Dias”, “5768 - Construção do Liceu”, “5974 - Construção de Estrada Penha-Lixeira/Água Pórcia”, “6251 - Construção de Polidesportivo”, “6277 - Reabilitação do Edifício Laboratório da Engenharia Civil”, “6296 - Requalificação dos Arruamentos da Cidade Capital e Arredores Incl Drenagem”, “6300 - Apetrechos do Novo Edifício MNEC”, “6453 - Obras de Reabilitação e Instalações (Construção de Infraestruturas judiciais)”, “6462 - Ampliação da Escola Secundária em Diogo Simão”, “6472 - Construção do Jardim de Infância em Monte Macaco” e “6529 - Construção de Liceu em Cantagalo”.

Também é de referir, que nesta fonte de financiamento houve Cativação (Bloqueio) de valores que levou a diminuição da dotação inicial do Empréstimo no montante de 11.000 milhares de Dobras, o correspondente a menos 10,2%, tudo devido a redução da dotação de alguns projectos como é o caso de “1104 - Pagamento de Quotas aos Organismos Internacionais”, “2478 - Aquisição de Reagentes e Consumíveis para Sistema Sanitário”, “2480 - Aquisição de Meios Rolantes”, “2483 - Assistência Técnica ao Sistema de Saúde”, “2923 - GIME - Manutenção Corrente de Estradas”, “4013 - Obra de Requalificação do Estádio 12 de Julho”, “5060 - Transferência para Federações e Clubes”, “5775 - Construção de Escola Básica em São Finícia”, “5860 - Conclusão de Escola Básica em Agostinho Neto”, “5898 - Construção Memorial de 3 de Fevereiro”, “6136 - Construção da Estátua - Rei Amador”, “6294 - Reabilitação da Estrada em Macadame e Calçada - EN1 - Guadalupe/Sta Luzia”, “6457 - Obras de Reabilitação e Instalações (Edifício e pavimento de cadeia central)”, “6493 - Reabilitação do Edifício da PGR de STP”, “6494 - Aquisição de Gerador para PGR” e “6527 - Reabilitação do Edifício da PGR e Residência para Procuradora na RAP”.

II.2.5. Por Tipologia de Despesas

O Quadro 22 apresenta as alterações orçamentais por tipologia de despesas. Nele, observa-se que as mesmas ocorreram nas Actividades, Projectos e as Consignadas, resultando no aumento da dotação inicial das Actividades (referem-se às despesas de funcionamento) em 3,7%, cerca de mais 60.437 milhares de Dobras, seguido do aumento da dotação relativamente aos Projectos em 4,7% do inicialmente aprovado para o período em análise, ou seja, cerca de mais 71.715 milhares de Dobras, e as Consignadas que tiveram um aumento da dotação de 4,3% do inicialmente aprovado para o período em análise, o equivalente a mais 4.125 milhares de Dobras.

Quadro 22: Alterações Orçamentais por Tipologia de Despesas

(em milhares de Dobras)

Tipologia	Inicial	Adicional	Reforço	Anulação	Cativação	Alteração	Corrigida	% Var.	% Estr.
Actividades	1 646 112	60 437	0	0	0	60 437	1 706 549	3,7	47,8
Especiais	161 602	0	0	0	0	0	161 602	0,0	4,5
Projectos	1 527 328	156 098	0	0	84 384	71 715	1 599 043	4,7	44,8
Consignadas	96 823	4 125	0	0	0	4 125	100 948	4,3	2,8
Total Geral	3 431 865	220 660	0	0	84 384	136 277	3 568 142	4,0	100,0

Fonte: DCP-MFCEA

Os aumentos da dotação da tipologia actividades estão relacionados fundamentalmente ao aumento de dotação de algumas actividades como “2569 - Subsídios às Autoridades Públicas”, “6043 - Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço de Telecomunicação”, “6069 - Transferência para Funcionamento do Tribunal Constitucional”, “6588 - Funcionamento do Instituto Superior de Educação e Comunicação” e “6607 - Prevenção ao COVID 19”.

No que toca aos projectos, o aumento do valor dotado deve-se fundamentalmente a inscrição e acréscimo de dotação dos seguintes projectos “1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde”, “2162 - Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado”, “2200 - Apoio Institucional ao M.N.E.C.C.”, “2340 - Assistência Infantil e Imunização”, “2409 - Transferência de Capital p/ Câmara Distrital de Cantagalo”, “2524 - Exercícios Findos”, “2843 - Construção de Novo Edifício - Ampliação do MNECC”, “2946 - Reabilitação de Trocos de Estradas”, “3129 - Estudos p/Construção de Arruamento de Campo de Milho”, “3151 - Reabilitação das Pontes sobre o Rio Água Grande”, “3833 - Reabilitação das Infra-estruturas Escolares”, “3836 - Construção de Jardim de Infância em Bobo Forro e Milagrosa”, “3872 - Projecto de Reab.Sist.Abast.Água Santana e Arredores”, “3882 - Programa de Extensão Rural”, “3945 - Reabilitação de Troços Cruz Mami e Arruamentos (0,7km)”, “3975 - Reabilitação do Edifício do Comando Regional do Príncipe”, “4825 - Aquisição de aparelhos AC e equip. Informáticos e escritório”, “4939 - Requalificação das Praias de S. Tomé e Príncipe”, “4985 - Conclusão do Edifício da DAE”, “5371 - Aquisição de Links de Transmissão RNSTP/TVS”, “5380 - Aquisição de Meios para Ministério Público”, “5531 - Requalificação/Lote Conde/Micoló/Fernão Dias”, “5768 - Construção do Liceu”, “5974 - Construção de Estrada Penha-Lixeira/Água Pórca”, “5976 - Reabilitação de Troço de Estrada Guadalupe/Morro-Peixe”, “6277 - Reabilitação do Edifício Laboratório da Engenharia Civil”, “6296 - Requalificação dos Arruamento da Cidade Capital e Arredores Incl Drenagem”, “6300 - Apetrechos do Novo Edifício MNEC”, “6462 - Ampliação da Escola Secundária em Diogo Simão”, “6472 - Construção do Jardim de Infância em Monte Macaco” e “6529 - Construção de Liceu em Cantagalo”.

Quanto a tipologia Consignadas, o aumento verificado foi resultado da alteração da dotação Adicional, na inscrição e aumento de dotação da acção “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”. Relativamente as alterações de Reforço e Anulação, não foram registados ocorrência nas tipologias de despesas, o que resultou num valor nulo.